

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ

MARINA ESTEVES NONINO CLAUSI

A (IN)APLICABILIDADE DO PRINCÍPIO DA INSIGNIFICÂNCIA NOS CRIMES POR  
ACUMULAÇÃO

CURITIBA

2014

MARINA ESTEVES NONINO CLAUSI

A (IN)APLICABILIDADE DO PRINCÍPIO DA INSIGNIFICÂNCIA NOS CRIMES POR  
ACUMULAÇÃO

Trabalho apresentado para a obtenção parcial do título de Especialista em Direito Ambiental no curso de Pós Graduação em Economia Rural e Extensão, Setor de Ciências Agrárias, Universidade Federal do Paraná.

Orientador: Prof. Dr. Fábio André Guaragni

CURITIBA

2014

## **TERMO DE APROVAÇÃO**

MARINA ESTEVES NONINO CLAUSI

### **A (IN)APLICABILIDADE DO PRINCÍPIO DA INSIGNIFICÂNCIA NOS CRIMES POR ACUMULAÇÃO**

Trabalho apresentado como requisito parcial à obtenção do título de Especialista em Direito Ambiental no curso de Pós Graduação em Economia Rural e Extensão, Setor de Ciências Agrárias pela seguinte banca examinadora:

---

Prof. Dr. Fábio André Guaragni  
Orientador

---

Prof.

---

Prof.

Curitiba, \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2014

À minha filha Clarice, por enobrecer  
minha vida.

## **AGRADECIMENTOS**

Mais um pequeno ciclo de minha vida se encerra. Neste período, pude contar com pessoas muito especiais, as quais gostaria de agradecer.

Ao meu mestre e orientador Fábio André Guaragni, quem, atenciosamente, despende seu precioso tempo ao meu engrandecimento intelectual e faz de sua postura profissional minha maior inspiração.

À minha mãe pelo apoio incondicional de sempre.

Ao meu marido Bernardo Clausi, por ter me ensinado a importância de se ter firmes convicções perante à vida.

## RESUMO

A sociedade contemporânea caracteriza-se pela presença incontestável dos chamados riscos globais, fruto da opção pelo sistema capitalista de comércio, que afetam, por mais das vezes, os bens jurídicos de caráter transindividual. Com vistas à evitar a produção de ameaças, o direito penal renovou seus instrumentais e encontrou na prevenção seu novo fundamento legitimador. Diante desse cenário, surgem os crimes por acumulação, como uma derivação dos crimes de perigo abstrato, que tem por fim a incriminação de condutas, inócuas em si mesmas, porém, sob o foco da cumulatividade, importam em relevantes consequências para a ordem jurídica criminal. O princípio da insignificância, compreendido, dentro da teoria finalista de crime, como causa de exclusão da tipicidade material, reanalisado frente à esse novo panorama, permitiu a elaboração de novos critérios para a sua aplicabilidade, segundo o contexto de repetição no qual se encontra inserido.

Palavras-chave: Princípio da insignificância. Sociedade de Risco. Bem jurídico transindividual. Delitos Cumulativos.

## **ABSTRACT**

The contemporary society is known by the unquestionable presence of the global risks, as a result of the option for the capitalism system of trade, that usually affects the transindividual interests. Proposing to avoid the threat production, the criminal law renewed its legal instrumental and found in the prevention its new legitimating argument. In this scenario, arises the cumulative crime, as an offshoot of the abstract danger crimes, that objectify conduct incrimination, innocuous in its self, but, in an accumulative focus, means important consequences for the juridical order. The principle of insignificance, which consists, in the finalist theory, an exclusion cause of typically, reanalyzed in confrontation with this new panorama, allows the development of new criteria for its applicability, according to the context of repetition in which is inserted.

**Keywords:** Principle of insignificance. Risk society. Transindividual interests. Cumulative crimes.

## SUMÁRIO

<b>1 INTRODUÇÃO</b>	8
<b>2 PRINCÍPIO DA INSIGNIFICÂNCIA</b>	10
2.1 CONCEITO	10
2.2 ORIGEM	12
2.3 FUNDAMENTOS	14
2.3.1 Fundamento político-criminal e finalidade	14
2.3.2 Fundamento dogmático e natureza jurídica	22
<b>3 DELITOS POR ACUMULAÇÃO</b>	28
3.1 O BEM JURÍDICO SUPRA-INDIVIDUAL	28
3.2 CLASSIFICAÇÃO DOS CRIMES QUANTO À OFENSIVIDADE AO BEM JURÍDICO	34
3.3 OS CRIMES DE PERIGO ABSTRATO COMO INSTRUMENTO DE GERENCIAMENTO DE RISCO À PROTEÇÃO DE BENS JURÍDICOS SUPRA-INDIVIDUAIS	35
3.4 OS DELITOS POR ACUMULAÇÃO	40
3.4.1 Conceito	40
3.4.2 Fundamentos dos delitos cumulativos	42
3.4.3 A doutrina e os delitos cumulativos	45
<b>4 A (IN)APLICABILIDADE DO PRINCÍPIO DA INSIGNIFICÂNCIA NOS DELITOS POR ACUMULAÇÃO</b>	48
<b>5 CONCLUSÃO</b>	54
<b>REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS</b>	56



## 1 INTRODUÇÃO

Um exame acurado das mais recentes discussões político-criminais, no primor do desenvolvimento das ciências penais, incita-nos a reflexionar, como nunca dantes, sobre os rumos do Direito Penal, arquitetado sob influência do liberalismo clássico do século XIX, contemporaneamente imerso em uma nova formatação social, mais complexa e globalizada.

A sociedade hodierna, na qual nos encontramos inseridos, é fruto do acelerado desenvolvimento tecnológico e científico, ocorrido a partir da Revolução Industrial, que trouxe em seu bojo uma heterogeneidade sem precedentes, mas também a produção de ameaças como consequência negativa do processo de modernização, que repercutem, naturalmente, na forma de atuação do Estado.

A intervenção jurídico-penal, sob o enfoque deste novo paradigma – a chamada sociedade dos riscos, modelo proposto pelo sociólogo alemão Ulrich Beck – é chamada à proteção de novos valores, que se originaram justamente dessa complexidade social estabelecida, e que se caracterizam, por mais das vezes, pela sua titularidade não individual: os ditos bens jurídicos transindividuais.

Desta maneira, o risco surgente, potencialmente lesivo, passa a ser o fator primário de robustecimento da dinâmica legislativa na seara penal (tendência expansionista do Direito Penal) e a prevenção seu novo fundamento legitimador. É o direito criminal, antecipando a tutela penal, de modo a conter a produção de ameaças e evitar a causação de um mal à um valor socialmente fundamental.

Como fruto dessa perspectiva, surgem os delitos por acumulação, instituto através do qual busca-se dar pertinência criminal àquelas condutas que, isoladamente, mostram-se inofensivas, mas que, quando tomadas a partir de sua prática reiterada – repetição por um grande número de pessoas –, podem causar sérios gravames à um bem essencial que se pretende ver resguardado.

Diante de crimes que se consubstanciam através da somatória de comportamentos individualmente inócuos, porém, cumulativamente relevantes, o princípio da insignificância, reconhecido pelo nosso sistema como uma verdadeira causa excludente de tipicidade material, provoca debates acalorados no tocante à sua incidência prática, já que carece de critérios de aplicabilidade confiáveis.

No intuito de estabelecer parâmetros para a correta realização do princípio da insignificância, parece oportuno fazer-se um cotejo entre o preceito minimalista, utilizado para excluir do âmbito do Direito Penal comportamentos formalmente típicos, porém, socialmente desimportantes, e os crimes por acumulação, nova modalidade de incriminação, resultado da demanda social por mais proteção.

Nestes termos, no primeiro capítulo, explanar-se-á o conceito de princípio da insignificância, sua origem e seus fundamentos dogmático e político-criminal. No segundo capítulo, abordar-se-á o contexto histórico e sociológico que propiciou o surgimento do bem jurídico transindividual, bem como a caracterização da sociedade contemporânea como produtora de riscos globais. Ainda neste tópico, quer-se explicitar a técnica utilizada pelo Direito Penal para conter essas ameaças, e os delitos por acumulação como seu exemplar mais controverso. Por fim, no terceiro e último capítulo, buscar-se-á fazer uma análise acerca da (im)possibilidade de se aplicar o princípio da insignificância no âmbito da incriminação por acumulação.

## 2 PRINCÍPIO DA INSIGNIFICÂNCIA

### 2.1 CONCEITO

Os princípios representam em nosso ordenamento jurídico “ordenações que se irradiam e imantam os sistemas de normas, são [...] núcleos de condensações nos quais confluem valores e bens constitucionais” (SILVA, 2004, p. 92). Os princípios constituem, por assim dizer, uma síntese ou matriz de todos de preceitos fundamentais de um Estado, funcionam como critério de interpretação e de integração de um sistema, pois conforma sua estrutura e lhe dá coesão.

Em mais completa definição, princípio é, nas palavras do professor Celso Antônio Bandeira de Mello (2003, p. 450-451):

Mandamento nuclear de um sistema, verdadeiro alicerce dele, disposição fundamental que se irradia sobre diferentes normas compondo-lhes o espírito e servindo de critério para sua exata compreensão e inteligência, exatamente por definir a lógica e a racionalidade do sistema normativo, no que lhe confere a tônica e lhe dá sentido harmônico.

Os princípios se apresentam imperativos em um sistema porque o direito consiste em um conjunto significativo e não em uma conjunção resultante de vigência simultânea; é coerência ou, talvez, mais rigorosamente, consistência; é unidade de sentido, é valor incorporado em regra. E esse ordenamento, esse conjunto, essa unidade, esse valor projeta-se ou traduz-se na elaboração e na assunção desses preceitos. (MIRANDA, 1985, p. 197).

O princípio da insignificância, em particular, também conhecido como princípio da bagatela, proclama e reverbera no seio do sistema jurídico, mais precisamente do criminal, o conceito de que quando uma conduta humana é de pouca relevância ou um ataque à um dado bem jurídico é de ninharia, dentro de uma perspectiva social, desnecessária e desproporcional se mostra a intervenção Estatal através do direito penal.

O preceito nos orienta que, frente a ocorrência de fatos ilícitos, porém compreendidos e valorados juridicamente como insignificantes, não se justifica a utilização deste ramo do direito com suas pesadas armas sancionatórias, já que é o

meio de maior força e coação posto à disposição do Estado para manter a ordem e paz sociais. Eles podem, é claro, ficar reservados e protegidos por outras áreas jurídicas como o direito civil e o administrativo, mas não pelo criminal.

O princípio da insignificância, assim, tanto no direito brasileiro como também no direito comparado, pode ser definido como um dos instrumentos de interpretação mais adequados para se alcançar o reconhecimento da irresponsabilidade penal por um fato ofensivo ínfimo ou de uma conduta banal, os quais não possuem qualquer relevância jurídico-criminal à merecer tamanha atenção e interferência por parte do Estado. (GOMES, 2013, p. 51). Por oportuno, vale a transcrição de uma nota doutrinária:

O princípio da insignificância é o que permite não processar condutas socialmente irrelevantes, assegurando não só que a Justiça esteja mais desafogada, ou bem menos assoberbada, senão permitindo também que fatos nímios não se transformem em uma sorte de estigma para seus autores. Do mesmo modo, abre a porta para uma revalorização do direito constitucional e contribui para que se imponham penas a fatos que merecem ser castigados por seu alto conteúdo criminal, facilitando a redução dos níveis de impunidade. Aplicando-se este princípio a fatos nímios se fortalece a função da Administração da Justiça, porquanto deixa de atender fatos mínimos para cumprir seu verdadeiro papel. Não é princípio de direito processual, senão de Direito Penal. (GOMES, 2013, p. 52).

Diante de condutas mínimas ou de escassa lesividade ao valor tutelado, o princípio da insignificância determina que a imposição concreta de uma sanção penal não se fundamenta, uma vez que o legislador penal, no momento em que formulou a norma penal, só tinha em mente os prejuízos relevantes que seriam gerados com a ocorrência de um comportamento não quisto, excluindo-se tacitamente as irrelevantes ou as que o lesionassem de forma pouco contundente. (MEROLLI, 2010, p. 349).

Embora não esteja expresso em um dispositivo específico, o princípio da insignificância, por estar calcado em valores maiores de um Estado Democrático de Direito, determina a validade da lei penal diante de seus métodos de aplicação ordinários, como que exigindo uma extraordinariedade fática para a incidência da legislação penal em um sentido concreto, qual seja, um significado juridicamente relevante que possa, de fato, legitimá-la. (LOPES, 1997, p. 34).

## 2.2 ORIGEM

A origem da teoria da insignificância é controvertida, contudo, destacam-se algumas correntes doutrinárias.

A primeira afirma que o princípio da insignificância promana do brocado jurídico *minima non curat praetor, de minimis non curat praetor* ou *de minis praetor non curat*, em vigor no Direito Romano Antigo, através do qual se proclamava a ideia de que o magistrado ou o chamado pretor, regra geral, não se ocupava das causas insignificantes, de miudezas ou das causas e delitos de bagatela. (RIBEIRO, 2008, p. 51-52). Há, contudo, críticas severas quanto à este entendimento.

A principal censura consiste no fato de que o Direito Romano fora construído e desenvolvido sob uma ótica do Direito Privado e não do Direito Público. Por esta razão, os romanos não detinham uma percepção muito apurada do que vinha a ser o princípio da legalidade. E como não é possível falar de hipóteses de afastamento da intervenção penal sem a noção de legalidade, que serve de supedâneo na presciência de condutas indesejadas postas aos jurisdicionados, entende-se que existiria no brocado muito menos do que um princípio propriamente dito, mas um mero aforismo. (LOPES, 1997, p. 38). Neste sentido, o princípio da insignificância não se inseriria nos contornos do sistema jurídico penal tal qual o concebemos na atualidade, apresentava-se apenas como uma solução extrajurídica, com caráter, em verdade, contrário ao direito posto e positivado.

À melhor explicação, vejamos nas palavras de Maurício Antonio Ribeiro Lopes uma síntese acerca da crítica direcionada à este entendimento, em obra específica sobre o tema:

Não se pode desvincular o princípio da insignificância do princípio da legalidade [...]. A insignificância não é exceção à legalidade, mas princípio complementar densificador de seu conteúdo material. Onde não se valoriza a legalidade, qual será o papel da insignificância? Ao contrário de grande parte da doutrina, menos atenta a esse aspecto, entendo que o que justifica modernamente o princípio da insignificância e sua aceitação no Direito Penal não é o seu caráter opositor ao direito positivo, qual fosse uma solução extrajurídica para problemas aplicativos daquela modalidade descritiva de direito, mas a sua natureza intrínseca à normatividade jurídica. O princípio da insignificância, conquanto possa ser extralegal, não é extrajurídico, tampouco contrajurídico. É um princípio sistêmico [...]. Para dar coesão ao sistema penal é que se o fez. Sendo, pois, princípio específico do Direito Penal, não consigo relacioná-lo com a (paradoxalmente) máxima *minimis non curat pretor*, que serve como

referência, mas não como via de reconhecimento do princípio. (LOPES, 1997, p. 38).

Há quem sustente<sup>1</sup>, no entanto, que a máxima *minima non curat praetor*, embora fosse, de fato, totalmente desconhecida para o Direito Romano antigo nos termos através dos quais o adotamos na atualidade – na medida em que não há quaisquer registros dentre as compilações dos principais glosadores daquela época –, foi restaurada e reformulada pelos pensadores, filósofos e juristas burgueses liberais e humanistas do Renascimento. (RIBEIRO, 2008, p. 51-52). Fato é que, desde o século XIX, inúmeros doutrinadores de grande renome como CARRARA, VON LISZT, QUINTILIANO SALDAÑA, ROXIN, BAUMANN, BLASCO e FERNÁNDEZ DE MOREDA, SOLER, ZAFFARONI etc. vêm insistindo na reformulação e na recuperação da teoria da insignificância, que resguardaria essencialmente o axioma romano, remodelada frente às novas e necessárias percepções jurídicas. (GOMES, 2013, p. 53).

Ainda no que tange à origem do princípio da insignificância, há quem afirme que o preceito teria surgido na Alemanha, com o nome de *Bagatelledelikte*<sup>2</sup>, após o término da primeira guerra mundial, contexto que propiciara a produção de um notável aumento nos delitos de furto de pequena monta. De fato, parece coerente a conexão do crescimento das subtrações com a situação dramática em que passaram a viver os Europeus após a primeira grande batalha global. A ideia inicial do princípio era afastar a intervenção penal naqueles casos em que haviam sido praticados delitos contra o patrimônio, mas que haviam sido realizados de forma muito irrisória. Assim, ungido pelo caráter da patrimonialidade de seu destino, que, segundo essa tese, teria nascido a noção de insignificância. Apesar de tudo isso, assume-se que se tornou um verdadeiro princípio de Direito Penal e como todo juízo de valor social que deve ser projetado, influi, direciona e determina o conteúdo de todas as normas jurídico-penais. (LOPES, 1997, p. 39).

Por fim, a doutrina cita, também, como possível tese de origem, que a insignificância, como um princípio, teria sido cunhado somente em 1964, por Claus Roxin (*Geringfügigkeitsprinzip*). Ainda que inspirado no brocado romano *minima non curat praetor*, foi o professor alemão que lhe atribuiu uma nova reestruturação

<sup>1</sup> Como, por exemplo, os doutrinadores José Luís Guzmán Dalbora e Luiz Regis Prado.

<sup>2</sup> A doutrina aponta que a expressão delitos de bagatela foi utilizado primeiramente por Klaus Tiedemann.

científica e os contornos através dos quais o conhecemos, isto é, inserido dentro da teoria do crime como causa de exclusão da tipicidade penal. Essa é a teoria mais adotada e repetida pelos estudiosos brasileiros.

## 2.3 FUNDAMENTOS

### 2.3.1 Fundamento político-criminal e finalidade

Vigiu na Europa entre o século XVII e meados do XVIII o modelo absolutista de Estado, no qual se concebia o rei/monarca como um personagem sagrado, eleito por Deus para governar a favor de seu povo. O soberano concentrava todos os poderes do Estado em suas mãos e, por isso, não tinha o dever de justificar quaisquer de seus atos perante os seus governados. Dizia-se que era “a própria lei” ou a “fonte de justiça”.

A eclosão conjunta de distúrbios políticos, sociais e econômicos, no entanto, propiciou o declínio do absolutismo. Surgiram, à época, ideários revolucionários que fundamentaram a instauração de um novo modelo estatal, que propugnava pela liberdade do indivíduo e pela limitação do poder Estatal. Uma nova atmosfera cultural se instaura, afrontando a intolerância religiosa, a economia vigente, o abuso político, o preconceito, a convenção e a tradição, próprios de um governo autoritário.

O movimento cultural, intelectual e ideológico de maior relevo da elite da época foi o Iluminismo. No século das luzes objetivava-se descobrir o mundo e o homem através da razão crítica e empírica, acabar com a ignorância e a superstição. E a utilização do Direito Penal nos moldes absolutistas tornou-se um dentre os diversos alvos de crítica e repúdio, pois o pensamento emancipador frente ao antigo regime rechaçava qualquer forma de exteriorização imoderada de poder.

Foi neste contexto ideológico, filosófico e político imposto pela burguesia em ascensão - de enaltecimento das liberdades individuais e restrição de poderes do Estado - que surgiram preceitos basilares do Direito Penal, através dos quais foi

construída parte da política criminal<sup>3</sup> moderna, orientando, inclusive, a particular maneira de ser, de se comportar, de se apresentar e de se relacionar do Estado até os dias de hoje.

Tais ideais produziram prontamente resultados na legislação internacional - e posteriormente nas nacionais - e se consagraram com a promulgação da “Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão” da Assembleia Geral das Nações Unidas, de agosto de 1789. As regras, em geral, promovem a liberdade dos indivíduos e coíbem o comportamento arbitrário e expansivo por parte do Estado, através do enaltecimento e aplicação do princípio da legalidade.

O dito Estado de *Direito*, a partir de então, teria a permissão de intervir na liberdade individual, coibindo a prática de determinadas condutas e aplicando eventuais penalidades àqueles que detinham um comportamento indesejado dentro do contexto social da época, quando, mas exclusivamente quando, visando a proteção de valores essenciais, estivesse amparado pela lei, neste caso, por uma legislação criminal específica. Neste sentido, vejamos uma nota doutrinária:

O Direito Penal moderno se assenta em determinados princípios fundamentais, próprios do Estado de Direito democrático, entre os quais sobreleva o da legalidade dos delitos e das penas, da reserva legal o da intervenção legalizada [...]. A sua dicção legal tem sentido amplo: não há crime (infração penal), nem pena (sanção penal), sem prévia lei (*stricto sensu*). [...].

Origina-se no ideário da Ilustração, em especial na obra *Dei delitti e delle pene* (1764), de Beccaria, e deve sua formulação latina a Feuerbach. A partir da Revolução Francesa, o princípio da legalidade - verdadeira pedra angular do Estado de Direito - converte-se em exigência de segurança jurídica e de garantia individual. (PRADO, 2007, p. 29).

Diante desse cenário, o instrumento de maior repressão que os Estados modernos possuíam, que interfere de forma agressiva na liberdade dos indivíduos, só poderia ser usado em casos excepcionais, quando devidamente autorizados, e em situações que, de fato, justificassem a sua manipulação. Daí decorre outro princípio basilar de direito penal, qual seja, o princípio da mínima intervenção estatal, com suas características relacionadas, a fragmentariedade e a subsidiariedade.<sup>4</sup>

<sup>3</sup> "Do incessante processo de mudança social, dos resultados que apresentem novas ou antigas propostas do direito penal, das revelações empíricas propiciadas pelo desempenho das instituições que integram o sistema penal, dos avanços e descobertas da criminologia, surgem princípios e recomendações para a reforma ou transformação da legislação criminal e dos órgãos encarregados de sua aplicação", a que se denomina política criminal. (BATISTA, 2001, p. 34).

<sup>4</sup> Há quem entenda que a fragmentariedade e a subsidiariedade são princípios e não características do Direito Penal.



O caráter fragmentário do direito penal reporta-se à utilização das leis penais à tutela, tão somente, de valores que possuam expressivo relevo para a ordem normativa. Imprime a ideia de que, em face de um universo de valores cultuados em determinada sociedade, preocupar-se-á o direito penal em positivar aqueles que realmente mereçam especial proteção. Noutras palavras, não se sancionam indiscriminadas condutas lesivas aos valores que protege, senão, aquelas em que, de fato, denotam-se ataques legitimamente intoleráveis. (GOMES, 2013, p. 113). Opera-se, aqui, com uma tutela seletiva de bens, limitada à sua indiscutível relevância e indispensabilidade frente à manutenção da ordem jurídica.

Como se ha dicho acertadamente, el Derecho Penal presenta un aspecto fragmentario porque no protege todos los bienes jurídicos, sino nada más que los fundamentales y sólo frente a los ataques más intolerables que puedan amenazarles. Dentro de la función general del Derecho, el Derecho Penal se caracteriza por proteger a través de la pena y la medida – que son los recursos más drásticos con que cuenta el ordenamiento jurídico – los más fundamentales valores del orden social, frente a los ataques que, desde el punto de vista de la convivencia social, aparecen como más intolerables. El Derecho Penal presenta, de esta suerte, carácter fragmentario. No protege todos los bienes jurídicos, sino los más fundamentales, y ni siquiera protege a éstos frente a cualquier clase de atentados, sino tan sólo frente a los ataques más intolerables. (MOLINA, 2000, p. 285-286).<sup>5</sup>

A subsidiariedade, por sua vez, remonta à relação do Direito penal com as outras esferas da ciência jurídica. Ela se reporta à utilização das leis criminais exclusivamente às restritas hipóteses em que os demais ramos do Direito revelem-se incapazes de oferecer a tutela jurídica apropriada. (FELDENS, 2002, p. 41). Afinal, o instrumento jurídico-penal, que deve ser manejado como a *ultima ratio*, só pode incidir quando aludida proteção mostre-se incapaz de ser competentemente conquistada por outros meios que lhe sejam menos lesivos (FELDENS, 2002, p. 42), isto é, deve-se esgotar os meios extrapenais de controle social, antes de se recorrer à pena criminal.

---

<sup>5</sup> “Como foi dito acertadamente, o Direito Penal apresenta um aspecto fragmentário porque não protege todos os bens jurídicos, senão nada mais que os fundamentais e só diante de ataques mais intoleráveis que possam ameaçá-los. Dentro da função geral do Direito, o Direito Penal se caracteriza por proteger através da pena e da medida – que são os recursos mais drásticos com que conta o ordenamento jurídico – os mais fundamentais valores da ordem social, frente a ataques que, desde o ponto de vista da convivência social, aparecem como mais intoleráveis. O Direito Penal apresenta, desta sorte, caráter fragmentário. Não protege todos os bens jurídicos, senão os mais fundamentais, e nem sequer proteger à estes frente a qualquer classe de agressões, senão tão somente diante de ataques mais intoleráveis.” (Tradução Livre).

El derecho penal deja de ser necesario para proteger la Sociedad cuando esto puede conseguirse por otros medios, que serán preferibles en cuanto sean menos lesivos para los derechos individuales. Se trata de una exigencia de economía social coherente con la lógica del Estado social, que debe buscar el mayor bien social con el menor costo social. El principio de la 'máxima utilidad posible' para las posibles víctimas debe combinarse con el de 'mínimo sufrimiento necesario' para los delincuentes. Ello conduce a una fundamentación utilitarista del Derecho penal no tendente a la mayor prevención posible, sino al mínimo de prevención imprescindible. Entra en juego así el 'principio de subsidiariedad', según el cual el Derecho penal ha de ser la ultima ratio, el último recurso a utilizar a falta de otros menos lesivos. (MOLINA, 2002, p. 383).<sup>6</sup>

Nestes termos, em respeito à um direito penal fragmentário e subsidiário, que proíbe qualquer interferência estatal desnecessária às liberdades humanas, estabeleceu-se que o Direito Penal vigente no Estado de Direito Social interferiria de forma mínima, e encontraria legitimidade para atuação nesse novo sistema criminal em vigor somente quando visasse à proteção de interesses fundamentais ou de indiscutível relevância social.

E esse objeto em referência, que poderia clamar pela incidência dessa tutela excepcional, permitindo o uso do Direito Criminal pelo Estado para a manutenção da ordem e tranquilidade sociais, em virtude de sua importância e essencialidade para a comunidade, dentro de um contexto político-criminal<sup>7</sup>, foi denominado pela doutrina de bem jurídico penal. De fato, foi nesse contexto que se iniciaram estudos sobre a chamada teoria do bem jurídico.<sup>8</sup>

O inventores dessa teoria objetivavam o reconhecimento da proteção de bens jurídicos como o escopo imediato e primordial do Direito Penal. Sob este novo enfoque, passaram a estudar o conceito de bem jurídico e especificamente de bem jurídico-criminal, a fazer uma avaliação do fenômeno da seleção dos valores sociais

---

<sup>6</sup> “O direito penal deixa de ser necessário para proteger a sociedade quando isso é possível de se conseguir por outros meios, que serão preferíveis quando sejam menos lesivos para os direitos individuais. Trata-se de uma exigência de economia social coherente com a lógica do Estado social, que deve buscar o melhor bem social com o menor custo social. O princípio da 'máxima utilidade possível' para as possíveis vítimas deve combinar-se com o do 'mínimo sofrimento necessário' para os delinquentes. Isso conduz a uma fundamentação utilitarista do Direito penal não tendente à melhor prevenção possível, senão ao mínimo de prevenção imprescindível. Entra em jogo assim o 'princípio da subsidiariedade, segundo o qual o Direito penal há de ser a *ultima ratio*, o último recurso a ser utilizado na falta de outros menos lesivos”. (Tradução Livre).

<sup>7</sup> Santiago Mir Puig (2009, p. 120) diz que há um sentido dogmático para o bem jurídico, que alude aos objetos que de fato protege o direito penal vigente.

<sup>8</sup> Não há, neste trabalho, espaço hábil à permitir a explicação de toda a evolução do conceito de bem jurídico, mas é valioso ressaltar que, como toda teoria de direito, ela foi ganhando os contornos em que a concebemos hoje com o passar dos anos e com a contribuição de vários juristas como, por exemplo, Birnbaum, Binding, Feuerbach, Franz von Liszt, dentre outros.

a serem tutelados pelo Direito Penal, bem como as limitações que ela passaria a impor ao *ius puniendi* (direito de punir) do Estado.

E foi a partir da elaboração, assimilação e aceitação, ao longo do tempo, da teoria do bem jurídico, pelos sistemas jurídicos, que o direito penal ganha seu principal fundamento legitimador, passando a se apresentar como um dos instrumentos de repressão legalmente admitidos que tem como objetivo primeiro a proteção dos chamados bens jurídicos penais. À melhor compreensão sobre este ponto, preciosa a doutrina de Jorge Figueiredo Dias (2007, p. 113-114):

A controvérsia acabada de referir conduziu à introdução, na temática da função do direito penal ligada ao conceito material de crime, de uma perspectiva que, com particular razão, se pode qualificar de teleológico-funcional e racional. De teleológico-funcional, na medida em que se reconheceu definitivamente que o conceito material de crime não podia ser deduzido das ideias vigentes a se em qualquer ordem extra-jurídica e extra-penal, mas tinha de ser encontrado no horizonte de compreensão imposto ou permitido pela própria função que ao direito penal se adscrivesse no sistema jurídico-social. De racional, na medida em que o conceito material de crime vem assim a resultar da função atribuída ao direito penal de tutela subsidiária (ou de ultima ratio) de bens jurídicos dotados de dignidade penal (de "bens jurídico-penais"); [...].

É certo que o conteúdo preciso do que vem a ser um bem jurídico<sup>9</sup> é muito discutido, mas hoje há um consenso relativamente largo sobre o seu núcleo essencial. Neste pormenor, entende-se que o bem jurídico é, sinteticamente, "a expressão de um interesse, da pessoa ou da comunidade, na manutenção ou integridade de um certo estado, objecto ou bem em si mesmo socialmente relevante e por isso juridicamente reconhecido como valioso". (DIAS, 2007, p. 114).

O denominado bem é simplesmente um fato positivamente valorado, num sentido amplo (objetos físicos ou outros), mas também pode ser situações e processos, que se convertem em um bem jurídico ao gozar de proteção do Direito. Ele é, portanto, legalmente determinado, e deve englobar "tudo aquilo que, aos olhos da lei, enquanto condição da vida saudável da sociedade, é valioso para esta última". (JAKOBS, 2009, p. 68-69).

Noutros termos, bem jurídico vem a ser um ente (dado ou valor social) material ou imaterial haurido do contexto social, reputado como essencial para a coexistência e o desenvolvimento do homem e, por isso, juridicamente protegido.

---

<sup>9</sup> A utilização da expressão bem jurídico é atribuída à Birnbaum, e originalmente não nasceu no sentido político-criminal, mas em um sentido dogmático, como objeto de proteção escolhido pela lei.

Ele é resultado de um juízo positivo de valor sobre algo, que se lhe encarna, e acaba por dar-lhe um conteúdo ímpar de cunho empírico-valorativo. É sempre portador de sentido, resultado de uma relação empírico-axiológica. (PRADO, 2010, p. 265).

É porque a tutela penal acaba encontrando sua legitimidade somente quando "socialmente necessária, imprescindível para assegurar as condições de vida, o desenvolvimento e a paz social, tendo em conta os ditames superiores da dignidade e da liberdade da pessoa humana. O bem jurídico [...] conjuga o individual e o social (de natureza material ou espiritual) e possui suficiente importância para manter a livre convivência social". (PRADO, 2007, p. 31-32).

A conceituação de bem jurídico, portanto, acaba por fundamentar a ilicitude material, ao mesmo tempo em que legitima a intervenção penal de forma legalizada. (PRADO, 2010, p. 265). Essa ideia influenciou de forma tão contundente as teorias das ciências penais que se transformou em princípio de direito: o princípio da exclusiva proteção de bens jurídicos. Sobre esta missão assumida pelo direito penal, parece oportuno colacionarmos uma nota doutrinária:

Todas las normas jurídico-penales están basadas en un juicio de valor positivo sobre bienes vitales que son imprescindibles para la convivencia de las personas en la comunidad y que, por ello, deben ser protegidos a través de la coacción estatal mediante el recurso de la pena pública. Tales bienes vitales básicos [...] deben ser preservados de su exterminio o tratamiento indigno [...].

A través la asunción de estos valores por el ámbito de protección del Ordenamiento jurídico, aquéllos se convierten en bienes jurídicos. Todas las disposiciones penales del Derecho positivo [...] tienen por objeto de una acción o de un ataque, que pretende ser asegurado por la disposición penal como manifestación externa o titularidad del bien jurídico protegido. (JESCHECK, 2002, p. 8).<sup>10</sup>

Pois bem. Se a intervenção do Estado mediante o Direito penal, em tese, só encontra legitimidade quando protege um dado bem jurídico, a interferência concreta por parte do Estado para a proteção efetiva de um valor social só se fundamentará quando constatada a ocorrência de uma real agressão ou de um risco de agressão ao ente que se quer acautelar. Não há presença do direito penal sem

---

<sup>10</sup> "Todas as normas jurídico-penais estão baseadas em um juízo de valor positivo sobre bens vitais que são imprescindíveis para a convivência das pessoas e da comunidade e que, por isso, devem ser protegidos através da coação estatal mediante o recurso da pena pública. Tais bens vitais básicos [...] devem ser preservados de seu extermínio ou tratamento indigno [...]. Através da assunção desses valores pelo âmbito de proteção do Ordenamento jurídico, aqueles se convertem em bens jurídicos. Todas as disposições penais do Direito positivo [...] têm por objeto de uma ação ou de um ataque, que pretende ser assegurado pela disposição penal como manifestação externa ou titularidade do bem jurídico protegido". (Tradução Livre).

bem jurídico, por isso, não haverá intervenção prática sem lesão ou risco lesão ao bem tutelado.

Note-se que para um valor ser transformado em um valor protegido pelo direito, ele deve, primeiramente, ser trazido para dentro do ordenamento jurídico. E posteriormente, para que se concretize a sua proteção, em um caso prático e específico, deve-se constatar a ocorrência de uma ofensa ou, ao menos, um risco de ofensa à este bem, o qual o sistema pretendia ver resguardado. Diversamente, excessiva será a atuação estatal.

Essa noção de lesividade do bem jurídico – atualmente concebido também como princípio de direito penal, percorrendo igualmente a seara da política-criminal hodierna - indica que a dimensão social do dano deve ser trazida para o centro de desvalor do crime, implicando em uma consequente leitura da chamada ofensividade a partir de sua violação. (D'ÁVILA, 2009, p. 63).<sup>11</sup> É uma verdadeira condição *sine qua non* de legitimidade para a atuação do Estado.

Neste diapasão, o princípio da ofensividade ou da lesividade verifica a efetiva potencialidade lesiva ou de risco que determinada conduta causou ao valor tutelado, aferindo-se, com isso, a real incidência do ataque. (PAGLIUCA, 2010, p. 44). Pondera o grau de ofensa que a conduta causou ao bem, pois, caso se mostre inócua, não permite a intervenção estatal através do Direito Penal. À melhor compreensão, preciosa se faz uma citação doutrinária:

El Derecho Penal en un Estado social y democrático de Derecho, en segundo lugar, no puede castigar cualquier conducta, activa u omisiva, sino sólo aquella, socialmente nociva, que lesione o ponga en peligro las condiciones elementales de la vida en común de los ciudadanos, esto es, que lesione o ponga en peligro bienes jurídicos.

El principio de ofensividad o lesividad [...] hunde sus raíces en la doctrina del contrato social, de origen ilustrado y cuño liberal, que asumiría el movimiento político-constitucionalista después. De acuerdo con tales premisas, sólo se legitima una restricción severa de los derechos del individuo (intervención penal) si ésta es imprescindible para garantizar los derechos y libertades de la mayoría social.

Pero dicho principio de ofensividad o lesividad se justifica, también, desde la perspectiva del moderno Estado social y democrático de Derecho, pues no en vano los bienes jurídicos representan en éste las condiciones básicas, elementares, para el funcionamiento de los sistemas sociales y, al propio tiempo, los presupuestos necesarios para la autorrealización del individuo y

---

<sup>11</sup> Fábio Roberto D'Ávila afirma que inicialmente não se falava em bem jurídico propriamente dito, mas na violação de um direito subjetivo de outrem, o que mostra como o surgimento do conceito de bem jurídico estava ligado à ofensa à um valor individual.

para la participación efectiva del mismo en aquéllos. (MOLINA, 2002, p. 365).<sup>12</sup>

Se o Estado só pode intervir através do Direito Penal na esfera individual (princípio da liberdade) quando amparado pela lei (princípio da legalidade), para a tutela de bens jurídicos (princípio da exclusiva proteção de bens jurídicos) de extrema importância (intervenção mínima), somente quando vislumbra uma agressão ou um risco ao valor que tutela (princípio da ofensividade), o que deverá fazer quando se deparar com uma lesão insignificante ao bem que protege?

É a partir desse raciocínio histórico, jurídico e lógico acima exposto que floresce de forma bastante espontânea o princípio da insignificância.

Esse princípio exige que os operadores do direito façam uma ponderação<sup>13</sup> entre a gravidade da conduta que foi praticada, a qual se pretende punir, e a drasticidade da intervenção penal estatal. Isso porque, uma conduta humana "deve ser aferida não apenas em relação à importância do bem jurídico atingido, mas especialmente em relação ao grau de sua intensidade, isto é, pela extensão da lesão produzida". (BITENCOURT, 2000, p. 163-164).

Afinal, é razoável que se dê consistência à possibilidade da realização da justiça na aplicação concreta da lei, sobretudo da lei penal. Opera-se com um limite para redução da normatividade positiva do Direito através de uma fixação criteriosa de métodos reconhecedores e desconhecedores da relevância ético-jurídica de fatos praticados, através de uma interpretação atual e ontológica da própria norma, individualmente considerada e do Direito como sistema. (LOPES, 1997, p. 58).<sup>14</sup>

---

<sup>12</sup> "O Direito penal em um Estado social e democrático de Direito, em segundo lugar, não pode castigar qualquer conduta, ativa ou omissiva, senão só aquela, socialmente nociva, que lesione ou exponha à perigo as condições elementares da vida em comum dos cidadãos, isto é, que lesione ou exponha à perigo bens jurídicos.

O princípio da ofensividade ou lesividade [...] funde suas raízes na doutrina do contrato social, com origem na ilustração e de cunho liberal, que assumiria o movimento político-constitucionalista depois. De acordo com tais premissas, só se legitima uma restrição severa de direitos do indivíduo (intervenção penal) se esta é imprescindível para garantir os direitos e liberdades da maioria social. Porém, dito princípio da ofensividade ou lesividade se justifica, também, desde a perspectiva do moderno Estado social e democrático de Direito, pois não em vão os bens jurídicos representam as condições básicas, elementares, para o funcionamento dos sistemas sociais e, ao mesmo tempo, os pressupostos necessários para a auto-realização do indivíduo e para a participação efetiva do mesmo através daqueles. (Tradução Livre).

<sup>13</sup> Tem-se a presença aqui, também, do princípio da proporcionalidade: proporcionalidade entre a conduta praticada em relação à pena a ser aplicada.

<sup>14</sup> Pode-se dizer que o princípio da proporcionalidade também se relaciona diretamente com o princípio da insignificância.

Ademais, não deveria se ocupar o Estado, mais precisamente o Poder Judiciário, com questões pouco relevantes, pois corre o risco de significar graves prejuízos ao erário público, uma vez que tais estruturas são bastante complexas e de grandes custos quando precisam ser acionadas. (WEINMANN, 2009, p. 130). Isto é, não vale a pena movimentar toda uma máquina estatal diante de tão pouco prejuízo social. Neste sentido, vale colacionar um trecho de doutrina sobre o tema, vejamos:

Ao realizar o trabalho de redação do tipo penal, o legislador apenas tem em mente os prejuízos relevantes que o comportamento incriminado possa causar à ordem jurídica e social. Todavia, não dispõe de meios para evitar que também sejam alcançados os casos leves.

Para realizar o controle da normatividade abstrata, concretando-a à situação real e amalgamando-a à lesão material efetivamente derivada da ação ou omissão típica, como mecanismo frenador do poder de atuação do Estado ante a incidência da pena criminal, vem a lume o princípio da insignificância. (LOPES, 1997, p. 88).

O princípio da insignificância, assim, brota no sistema jurídico como uma orientação político-criminal, que passa a conduzir o comportamento do Estado quanto à utilização do Direito Penal num sentido mais racional, evitando sua manipulação desproporcional ou desarrazoada, em casos em que a conduta praticada e/ou o resultado é tão diminuto que não justificaria a escolha do meio empregado.

Além dos citados, alguns doutrinadores<sup>15</sup> apresentam também outros fundamentos para a utilização e aplicação do princípio da insignificância, como igualdade, razoabilidade, proporcionalidade e taxatividade, afinal, todo o emaranhado sistêmico possui uma correlação interna lógica que se entrelaça, porém, substancialmente, a origem do princípio insignificância possui sua origem político-criminal nos termos acima propostos.

### 2.3.2 Fundamento dogmático e natureza jurídica

---

<sup>15</sup> Maurício Antonio Ribeiro Lopes cita os princípios da igualdade, razoabilidade e proporcionalidade.

A relação da política-criminal com o sistema de Direito Penal, na qual se mesclam as diversas vertentes ideológicas de maior influência ao ordenamento jurídico, direcionam de maneira contundente a construção da chamada dogmática jurídico-penal, sinteticamente compreendida como a doutrina jurídico-penal adotada e imposta aos jurisdicionados por um sistema jurídico criminal vigente em um dado Estado de Direito.

Esse processo de integração entre a política criminal e a dogmática penal, impacta, naturalmente, na elaboração de teorias jurídicas que pretendem o melhoramento do direito e da sociedade. Assim ocorreu, v.g., com a teoria do delito - uma parte da ciência do direito penal que se ocupa de explicar o que é delito em geral, tornando mais fácil a averiguação da presença ou da ausência do crime em um caso concreto. (ZAFFARONI e PIERANGELI, 2001, p. 383).

Como se sabe, a teoria do crime adotada pelo ordenamento jurídico brasileiro é a chamada de teoria finalista da ação, ideia aperfeiçoada na década de 30, por Hans Welzel, em que se concebe um crime contendo os seguintes elementos: conduta humana (ação voluntária), tipicidade (proibição da conduta), antijuridicidade (contradição da conduta com a ordem jurídica) e culpabilidade (reprovabilidade). (ZAFFARRONI e PIERANGELI, 2001, p. 383).

A tipicidade, em particular, é uma característica que detém uma conduta humana, em razão de estar adequada à um tipo penal, ou seja, um comportamento humano individualizado como penalmente proibido em uma fórmula legal (texto legislativo). A atipicidade, em contraposição, afigura-se quando o juízo de tipicidade é negativo, situação em que não há adequação da conduta praticada à uma tipo penal. (ZAFFARONI e PIERANGELI, 2001, p. 444-445).

A tipicidade, porém, como mera atividade de subsunção, traduz a ideia de um juízo meramente formal de adequação típica. (IENNAO, 2005, p. 125). Neste caso, para que uma conduta seja (formalmente) típica basta o fato ocorrido se encaixar em todos os dados elementares da configuração descritiva do tipo penal, quais sejam, a conduta humana, o resultado naturalístico, o nexo de causalidade e a adequação formal ao tipo legal. (GOMES, 2007, p. 15).

Contudo, o tipo possui, além de um sentido formal, um caráter material, uma natureza material. Isso porque, orientado a partir de uma concepção utilitarista e pragmática que se vislumbra modernamente nas estruturas típicas do Direito Penal, a sua composição deve ser preenchida "não apenas com aspectos formais,



mas também, e essencialmente, por elementos objetivos que levem a percepção da utilidade e da justiça". (LOPES, 1997, p. 33).

E esse aspecto subjetivo não é uma característica do tipo penal, mas um auxiliar interpretativo para restringir o seu teor literal que, algumas vezes, acolhe as formas de condutas que são, em verdade, admissíveis. (TOLEDO, 1994, p. 133). É manobra de adequação do fato à norma, buscando identificar os elementos que lhe dão origem e suporte axiológico, como fator integrante de um sistema jurídico que extrapola do frio texto legislativo. (COSTA, 2007, p. 137).

A aceitação de um conteúdo material para o tipicidade, portanto, auxilia no afastamento daquelas condutas que só se harmonizam com a norma penal pura e estrita, sem considerar as normas de valoração reconhecidas culturalmente, igualmente e essencialmente fundamentais, pois é necessário integrar a ação praticada com todos os elementos valorativos para que revele seu verdadeiro prejuízo social. (BOTTINI et al, 2012, p. 120).

Amiúde, as condutas que se amoldam a determinado tipo penal, sob o ponto de vista formal, devem apresentar alguma relevância material também para tornarem-se verdadeiramente típicas. A exigência de um aspecto material nada mais é do que um critério de interpretação restritivo, que permite excluir desde o início de uma análise, um acontecimento que se revela de pouca importância para o Direito criminal. Em breve resumo:

Pode-se, então, dizer que há fatos: a) formalmente atípicos; b) formalmente típicos e materialmente atípicos; e c) formal e materialmente típicos. Daí se extrai que a tipicidade formal é a própria expressão, concretizada, da reserva legal, autêntica realização da função de garantia desempenhada pela previsão legal (*nullum crimen*) de condutas criminosas. Conclui-se também que o juízo de atipicidade formal é definitivo: fato atípico é fato não proibido pela lei penal. Já a afirmação da tipicidade formal é provisória, porque sujeita ainda, numa concepção material, à aferição valorativa de relevância jurídico-penal do fato. Poder-se-ia falar aqui em atipicidade material. [...]. (IENNACO, 2005, p. 126-127).

Raciocínio bastante similar pode ser extraído do que ZAFFARONI e PIERANGELI (2001, p. 459) conceituam como tipicidade conglobante. O juízo de tipicidade não é um mero juízo de tipicidade legal, mas sim a comprovação da configuração da tipicidade conglobante, assim entendida como a averiguação da proibição através da indagação do alcance proibitivo da norma, não considerada isoladamente, e sim conglobada na ordem normativa.

Para eles, a consideração conglobada da norma se mostra de fundamental importância, visto que ela limita o seu alcance em função de outras normas do universo jurídico ou da ordem normativa a que pertence, excluindo-se do âmbito do Direito criminal, no caso da insignificância, as hipóteses em que não há afetação ao bem jurídico ou nos casos em que este se mostre pouco contundente. Vejamos o ponto de vista do autor:

*La conglobación como operación determinante de la lesividad es una función claramente normativa, es decir que un pragma es típico no sólo cuando reúne los caracteres particulares exigidos por el respectivo tipo sistemático, sino también cuando es antinormativo (o sea, cuando viola la norma que se deduce del tipo) y con ello lesiona un bien jurídico. Pero el alcance prohibitivo de esa norma no emerge sólo de su consideración tal como se la deduce del tipo sistemático, sino también de que forma parte de un universo de normas prohibitivas y preceptivas que deben ser consideradas como un orden normativo.*(ZAFFARONI et al, 2005, p. 484).<sup>16</sup>

Neste sentido, entendida a tipicidade penal - ou também chamada de tipicidade penal num sentido constitucional -, como a tipicidade formal mais tipicidade material -, é fácil concluir que são inúmeras as hipóteses de afastamento da tipicidade em seu sentido material porquanto subjetivas. Não seria tarefa fácil, inclusive, a sua sistematização. (GOMES, 2013, p. 17). Resumindo: tipicidade penal = tipicidade material + tipicidade formal.

A tipicidade material, em particular, é integrada por dois juízos de valor: o juízo de valoração da conduta e o juízo de valoração do resultado jurídico, que se traduzem nas expressões conhecidas doutrinariamente como desvalor de ação e desvalor de resultado. O desvalor de ação é entendido como um juízo de reprovabilidade da conduta praticada pelo indivíduo, e o desvalor de resultado, como o juízo de reprovabilidade do resultado obtido com a comportamento realizado.

Com a propagação da ideia da lesividade ao bem jurídico como referente crítico e limitador do direito penal, o desvalor do resultado assumiu um papel de destaque na estrutura do delito.<sup>17</sup> Esse resultado que integra o injusto, inclusive,

<sup>16</sup> “A conglobação como operação determinante da lesividade é uma função claramente normativa, é dizer que um pragma é típico não somente quando reúne os caracteres particulares exigidos pelo respectivo tipo sistemático, senão também quando é antinormativo (ou seja, quando viola a norma que se deduz do tipo) e com ele lesiona um bem jurídico. Porém, o alcance proibitivo dessa norma não emerge só de sua consideração tal como se deduz o tipo sistemático, senão também de que forma parte de um universo de normas proibitivas e preceptivas que devem ser consideradas como uma ordem normativa. (Tradução Livre).

<sup>17</sup> Apesar do enfoque que se dá pela doutrina ao desvalor de resultado, Luiz Flávio Gomes, afirma que os crimes bagatelares próprios subdividem-se entre aqueles regidos pela insignificância da

pode ser tanto naturalístico como normativo. Neste último caso, bastando a criação de uma periculosidade ao bem jurídico para legitimar a criação de um tipo penal incriminador. (BOTTINI et al, 2012, p. 122).

E é justamente na atenção que se tem dado ao desvalor de resultado - ao juízo valorativo que se realiza com a consequência advinda da prática de uma conduta humana - que se assentaram as bases dogmáticas e a aplicação prática do princípio da insignificância. Através do preceito, consegue-se o afastamento da tipicidade material nas hipóteses em que as lesões ao bem jurídico são ínfimas. Para bem esclarecer o tema:

La **ausencia de tipicidad penal** de una conducta puede deberse tanto a que el legislador no haya tipificado la conducta por considerarla *lícita en general*, como a que no la haya tipificado, pese a ser ilícita, por reputarla *insuficientemente grave o por otras razones político-criminales*. No toda conducta antijurídica es penalmente típica: así sucede con las infracciones administrativas.

Por otra parte, la falta de tipicidad penal puede desprenderse de la mera redacción literal de los tipos - cuando la conducta no encaja en la letra de ningún tipo penal - pero también de una interpretación restrictiva que excluya la conducta del tipo pese a caber literalmente en ella. Ello sucede, según la doctrina actual, cuando se trata de hechos que, aun cabiendo en la literalidad típica, no implican una afectación suficiente del bien jurídico, por no ser imputable su lesión a una conducta suficientemente peligrosa (**falta de imputación objetiva**), por consistir el bien jurídico típico en la facultad de disponer de algo por parte de su titular y existir **conformidad** de éste, o por ser los hechos adecuados socialmente (**adecuación social**) o insignificante (**principio de insignificancia**). Se habla en estos casos de **causas de exclusión de la tipicidad** - que deben contraponerse a las causas de justificación, las cuales presuponen la existencia de tipicidad. (PUIG, 2009, p. 161).<sup>18</sup>

---

conduta (puro desvalor de ação) e aqueles regidos pela insignificância do resultado (puro desvalor de resultado). Há, ainda, situações em que as duas insignificâncias estão presentes, ou seja, quando há levíssima culpa com resultado ínfimo. E todos eles, segundo o professor, são capazes de excluir a tipicidade material do delito. Neste trabalho, mais adiante, veremos que caminhamos para um câmbio desta perspectiva.

<sup>18</sup> “A ausência de tipicidade penal de uma conduta se deve tanto a que o legislador não haja tipificado a conduta por considerá-la lícita em geral, como a que não haja tipificado, em que pese ser lícita, por reputá-la insuficientemente grave ou por outras razões político-criminais. Não toda conduta antijurídica é penalmente típica: assim ocorre com as infrações administrativas.

Por outro lado, a falta de tipicidade penal pode desprender-se da mera redação literal dos tipos – quando a conduta não se encaixa na letra de nenhum tipo penal – mas também de uma interpretação restritiva que exclua a conduta do tipo a pesar de caber literalmente nela. Isso ocorre, segundo a doutrina atual, quando se trata de feitos que, a pesar de se coadunarem à literalidade típica, não implicam em uma afetação suficiente ao bem jurídico, por sua lesão não se imputável a uma conduta suficientemente perigosa (falta de imputação objetiva), por consistir o bem jurídico típico em uma faculdade de dispor de algo por parte de seu titular e existir conformidade deste, ou por ser os feitos adequados socialmente (adequação social) ou insignificante (princípio da insignificância). Fala-se nesses casos de causas de exclusão de tipicidade – que devem se contrapor às causas de justificação, as quais pressupõem a existência de tipicidade”. (Tradução Livre).

Assim, para a maioria da doutrina, a noção de insignificância está atrelada ao desvalor normativo de resultado como elemento nuclear do injusto penal - ao lado do desvalor da ação. Uma concepção estritamente subjetivista do injusto, que em geral está relacionada com a caracterização do direito penal como um instrumento de introjeção de valores sociais e éticos, que afastam a aplicação no direito penal em situações desnecessárias.

Portanto, o princípio da insignificância prenuncia que se o grau de ofensa ao bem jurídico foram tais, que sob o prisma material não representem algo relevante para a ordem normativa, porquanto ínfima a lesão ou risco de lesão, a conduta praticada, ainda que se subsuma a descrição legal formal, não poderá ser considerada típica materialmente, passível de receber intervenção pelo Direito criminal. Nesta direção:

Un sistema de Derecho penal orientado axiológicamente por principios de política criminal tiende a convertirse en una construcción dogmática próxima a la realidad, caracterizada por el orden conceptual y por la claridad. La estrecha comunicación entre las normas jurídicas y la realidad social es la premisa para la construcción de un sistema que aspire a expresar una "lógica" asumible por sus destinatarios y, coherentemente, que persiga perspectivas de viabilidad. (SÁNCHEZ, 1995, p. 81).<sup>19</sup>

É assim, portanto, que o princípio da insignificância acabou se fundindo por entre os contornos teóricos e doutrinários de renome em nosso país, orientando a construção da dogmática penal de forma a revelar a teoria da insignificância como uma verdadeira causa excludente de tipicidade material, a fim de harmonizar a teoria do crime com as diretrizes político-criminais que pairam em nossa sociedade contemporânea.

Como instrumental descriminalizador, juízo de valor social e "critério hermenêutico intra-sistêmico", de caráter vinculante para outros princípios, ajusta-se à estrutura garantística do Estado Social e Democrático de Direito como autêntico princípio sistêmico, que "empresta juízo transcendental à estrutura primária do tipo penal, cujo preenchimento não se contenta mais com a mera acomodação formal de seus termos". (RIBEIRO, 2008, p. 56-57).

---

<sup>19</sup> "Um sistema de Direito penal orientado axiologicamente por princípios de política criminal tende a converter-se em uma construção dogmática próxima da realidade, caracterizada pela ordem conceitual e pela claridade. A estreita comunicação entre as normas jurídicas e a realidade social é a premissa para a construção de um sistema que aspire a expressar uma 'lógica' passível de ser assumida por seus destinatários e, coerentemente, que persiga perspectivas de viabilidade". (Tradução Livre).

### 3 DELITOS POR ACUMULAÇÃO

#### 3.1 O BEM JURÍDICO SUPRAINDIVIDUAL

No período anterior ao da ilustração, como já pincelamos neste trabalho, o direito penal vivia uma verdadeira situação anárquica (SILVEIRA, 2003, p. 37). Era uma época em que não se depositava muita confiança no Estado, tampouco na autolimitação no uso da sua força punitiva. Ao contrário, era visto como uma fonte potencial de violência e despotismo. (GOMES, 2003, p. 236-237). Os governados não detinham direitos assegurados por uma ordem normativa instaurada. Quedavam-se à mercê do autoritarismo.

Em reação às arbitrariedades sentidas pelo antigo regime, a vertente jurídica do século das luzes tencionou traçar alguns limites bem definidos para o exercício do poder - do *jus puniendi* - do Estado. Perpetrava-se na construção de uma tendência político-criminal baseada no racionalismo cartesiano, na doutrina jurídico-política do individualismo liberal e na mundividência antropocêntrica e humanista que se impunham naquela época. (DIAS, 2001, p. 156).

Foi esse contexto, como já explicitado no capítulo anterior, que propiciou o início do processo de racionalização da teoria do bem jurídico, como uma forma de demarcar os limites de atuação de cada qual dentro de um Estado de Direito. (DIAS, 2001, p. 156). A teoria do bem jurídico, neste sentido, surge com uma clara função limitadora: o bem jurídico como valor social essencial único que fundamenta e legitima a interferência do Estado na esfera do indivíduo, mediante o direito penal.

Ocorre que esse direito penal do liberalismo democrático impôs uma preocupação muito acentuada com aqueles bens jurídicos de caráter pessoal, como a vida, patrimônio, saúde, propriedade, etc., embora não tenha desconsiderado outros como fé pública, administração da justiça e a saúde pública. (SILVEIRA, 2003, p. 37). A proteção dos direitos individuais, os direitos fundamentais da pessoa, era uma preocupação primordial no início do estabelecimento dos Estados modernos.

Este direcionamento do aparato punitivo à tutela de valores individuais, até mesmo como um vestígio de um regime precedente que distribuiu muito temor,

serviu para afastar qualquer movimento de funcionalidade social que apontasse a exacerbação do direito como instrumento repressivo. Por isso, o conceito de bem jurídico esteve lastreado na relação da pessoa com o bem, já que o objeto da violação residia não no bem em si, mas na própria relação do bem com o sujeito. (MACHADO, 2005, p. 105).

De fato, denota-se que a chamada "categoria tradicional de bens jurídicos" está intimamente relacionada com a de um direito subjetivo, pois se remetem à ideia do indivíduo abstrato e isolado, próprio do liberalismo. (SILVEIRA, 2003, p. 64). Mesmo porque, as situações conflituosas naquele período advinham somente de acontecimentos naturais ou derivavam de ações próximas e definidas. Eram identificados, com facilidade, o autor do delito, o ato criminoso e a vítima que havia sofrido um dano visível. (GOMES, 2003, p. 239).

E como a ideia de intervenção penal induz prontamente a uma intromissão do Estado na esfera da liberdade do cidadão, eram merecedores de proteção penal, precipuamente, aqueles bens jurídicos que possuíam valor para o desenvolvimento do homem, individualmente considerado, embora participante de uma sociedade, sem a qual sua estruturação comunitária concreta não seria capaz de existir. Esse é chamado de substrato antropocêntrico da teoria tradicional do bem jurídico.<sup>20</sup>

Ocorre que, a partir do acelerado e intenso processo de evolução tecnológico trazido pela Revolução Industrial, em que se modificaram radicalmente os métodos de produção de bens, uso da energia e consumo, abriu-se um novo paradigma para os sistemas penais: o nível de desenvolvimento alcançado pela pós modernidade exigiu com que o direito penal despendesse atenção a novos contextos que decorriam da instauração de um novo modelo de organização social.

Quando as sociedades modernas optam pelo sistema de economia capitalista, ocorre um acréscimo muito nítido no que se refere ao âmbito de preocupação das ciências penais. Melhor dizendo, as consequências decorrentes da escolha desse novo modelo de comércio, abala drasticamente a estrutura penal tradicional habituada à proteção da individualidade, passando a enfrentar, inclusive, uma enorme crise institucional. (DIAS, 2001, p. 109-110).

---

<sup>20</sup> Jorge Figueiredo Dias afirma que estes bens jurídicos são os denominados monistas pessoais.

Neste diapasão, o que se observou foi um verdadeiro aumento no conjunto de valores protegidos pelo Direito Penal, que passa a abarcar outros bens jurídicos, de titularidade diversa dos quais estava acostumado a lidar. Se antes o sistema penal fora arquitetado de forma a tutelar valores calcados unicamente no indivíduo, enfrenta um panorama bastante preocupante, eis que emergem, agora, bens jurídicos que possuem como sujeito passivo toda uma coletividade.

A erupção de objetos de proteção que transcendem ao indivíduo e que se fazem presentes em uma dimensão muito mais ampla, grupal ou comunitária, decorreu exatamente desse cambio ocorrido a partir daquele marco histórico. Praticamente todas as relações socioeconômicas sofreram profundas alterações, criando um cenário que propiciou – e ainda propicia – a ampliação do horizonte jurídico-penal, obrigado a abandonar a antiga conceituação de bem jurídico.

É de saber que o elenco de bens jurídicos protegidos pelo Direito se modifica naturalmente ao longo do tempo, segundo o grau de valor que lhes vão sendo atribuídos. O que antes se quedava imêmore, passa, noutro contexto, a merecer atenção por parte do legislador, neste caso, do legislador penal. E diante dessa nova perspectiva social, a função protetora de bens jurídicos ganha uma dimensão muito diferente da tradicional.

O que se verifica, em realidade, é um processo de desmaterialização do conceito de bem jurídico, que agora passa a abrigar, segundo a classificação de Norberto Bobbio (1992, p. 217), além dos direitos cognominados como de primeira geração, designativos dos direitos individuais ou direitos fundamentais da pessoa, os de segunda (direitos sociais), terceira (supraindividuais) e quarta (direitos decorrentes de avanços no campo da engenharia genética) gerações.

[...] O que está em debate aqui nada mais é que a tutela de bens jurídicos que se encontram além do indivíduo em si, que se fazem presentes em uma dimensão mais ampla, grupal ou comunitária, e não sobre o indivíduo, no sentido de lhe ser hierarquicamente superior.

Assiste-se, na atualidade, a novas e ampliadas formas de tutela, resultado do processo evolutivo do Estado liberal para o Estado social, e à afirmação deste último, que engendra a assunção de novos deveres (v.g., assistência e promoção), novos riscos (v.g., manipulação genética, energia nuclear, transgênicos) e encaminhamentos, tal como o de salvaguarda de direitos que transcendem à esfera individual, e se projetam em grupos ou na sociedade globalmente considerada. Emergem, nesse contexto, novos bens jurídicos, ou ampliam-se os já existentes.

Essa categoria de bens jurídicos, denominados genericamente como bens jurídicos universais, macrossociais, supra-individuais, metaindividuais ou transindividuais, apresenta inúmeras características, que permitem

conceituá-los ou classificá-los conforme sua predominância ou a perspectiva com que são vistos ou analisados.

Tendo-se como ponto de partida o critério da titularidade, julgado aqui suficiente para um exame didático da matéria, os bens jurídicos podem ser individuais ou supra-individuais. Dos primeiros é titular o indivíduo, o particular que o controla e dele dispõe, conforme sua vontade. Têm caráter estritamente pessoal. Já os segundos são característicos de uma titularidade de caráter não pessoal, de massa ou universal (coletiva ou difusa); estão para além do indivíduo - afetam um grupo de pessoas ou toda a coletividade-; supõem, desse modo, um raio ou âmbito de proteção que transcende, ultrapassa a esfera individual, sem deixar, todavia, de envolver a pessoa como membro indistinto de uma comunidade.

Esses bens jurídicos, próprios do Estado social de Direito, são primordiais para o desenvolvimento das potencialidades do ser humano enquanto pessoa, bem como sua real integração (social, política, cultural e econômica) em uma coletividade organizada. (PRADO, 2010, p. 102).

Foi essa forma diferenciada que se arquitetaram as novas relações sociais (interpessoais, de produção, de consumo etc.) que propiciou a afetação de bens que antes passavam despercebidos pelo direito. O próprio comportamento humano influenciado pela industrialização que inaugura o processo de produção de novas ameaças que, se na estrutura social anterior inexistiam, passam, agora, a ameaçar valores e entes igualmente importantes para homem.

Esse modelo social que vai se delineando a partir da Revolução Industrial foi chamado, precisamente após a consagração da teoria desenvolvida pelo sociólogo alemão Ulrich Beck, de "Sociedade de Riscos Globais". Essa denominação é atribuída à uma organização em que as tecnologias de produção inovadoras trazem, não só consequências positivas ou melhoramentos para a vida do homem, mas riscos vitais para o ser humano em uma escala global preocupante.

Essa sociedade caracterizada pela presença dos riscos é fruto do êxito do liberalismo econômico predominante no século XVIII, modelo que pregava pela produção de bens através do sistema da livre concorrência. (BOTTINI, 2006, p. 47). A obstinação pela inovação, âmago do sistema burguês, propicia a descoberta intensa e contínua de novas tecnologias, sem dispendir atenção, aos seus possíveis efeitos indesejados, os quais, no entanto, tornar-se-iam muito explícitos em um momento subsequente.

Se antes a produção, as fontes de energia e o consumo não envolviam tecnologias complexas e não interferiam na construção das expectativas da vida comum, agora, os riscos advindos da novidade técnica ganham uma nova dimensão. A produção artesanal é substituída pela produção industrial, que atinge



um número maior de consumidores e apresenta custos mais baixos. E essa transformação radical cria um fenômeno com uma dinâmica social muito peculiar.

É possível notar, inclusive, que a criação de ameaças da sociedade pós-industrial encontra-se diretamente conexa à produção social de riquezas. Em um cenário dominado pelos avanços tecnológico-científicos, riscos são gerados a todo momento, a partir de decisões que se baseiam exclusivamente na lógica de custos, benefícios e oportunidades. (PEREIRA, 2004, p. 111). E essas mudanças alteraram em muito a formatação das relações interpessoais e globais nessas sociedades.

Essa nova feição, muito mais complexa e dinâmica, acaba propiciando a afetação justamente daqueles bens de titularidade não individual, também conhecidos como bens jurídicos supra-individuais, meta-individuais, trans-pessoais ou, ainda, transindividuais, típicos de uma sociedade de riscos, exigindo, do direito penal, uma estruturação diferenciada, que atenda à essa nova e distinta demanda social por mais e melhor proteção.

Não é por acaso que se denota uma preocupação com relação aos novos riscos. Eles afetam à todos, indistintamente, inclusive os setores economicamente dominantes da sociedade. Os riscos contemporâneos são vivenciados de forma tão intensa em uma sociedade globalizada e sem fronteiras, no que concerne à dispersão dessas ameaças, que o discurso e as reivindicações pelo controle mais efetivo desses riscos se consolidam e se fortalecem progressivamente.

A situação se agrava extraordinariamente, como bem nos recorda Jorge Figueiredo Dias (2007, p. 136), quando as condutas perigosas advêm do seio de empresas, grupos ou de equipes com divisão de tarefas. A complexidade das relações que se estabelecem na sociedade hodierna, ao envolver um grande e indeterminável número de pessoas, dificulta a identificação e a individualização das condutas indesejadas, gerando o fenômeno da irresponsabilidade organizada.

A irresponsabilidade organizada pode ser compreendida como a incapacidade do modelo tradicional de imputação jurídico-penal de atender às expectativas de proteção, no contexto da sociedade de riscos, porque puramente individual, deixando à margem do direito a proteção de novos valores essenciais, por não criar novos modelos de legitimação que substituam o iluminista (e sem abandonar velhas conquistas como princípios de humanidade e de civilidade). (DIAS, 2007, p. 137).

É diante desse contexto que se pretende fazer uma compreensão contemporânea das ciências penais. Se o direito penal clássico reagia contra fatos lesivos individualmente delimitados, passa, após o compreensão da sociedade como produtora de riscos, a caracterizar-se como um direito penal de gestão punitiva desses riscos, eis que orientado à tutela de valores que se encontram inseridos em um contexto cada vez mais genérico no tempo e no espaço. (MOLINA, 2000, p. 134-135). Neste sentido:

A pergunta formulada põe hoje o estudioso perante o topos que, na esteira do sociólogo Ulrich Beck se tornou conhecido como o da "sociedade do risco", ligado às problemáticas da pós-modernidade e da globalização. Esta ideia suscita ao direito penal problemas novos, ao pôr em evidência uma transformação radical da sociedade em que vivemos e que seguramente se acentuará no futuro. Ela anuncia o fim de uma sociedade industrial em que os riscos para a existência, individual e comunitária, ou provinham de acontecimentos naturais (para a tutela dos quais o direito penal é incompetente), ou derivavam de ações humanas próximas e definidas, para contenção das quais era bastante a tutela dispensada a clássicos bens jurídicos como a vida, o corpo, a saúde, a propriedade, o patrimônio, em suma, o catálogo próprio de um direito penal liberal e extremadamente antropocêntrico. Anuncia o fim dessa sociedade e a sua substituição por uma sociedade exasperadamente tecnológica, massificada e global, onde a ação humana, as mais das vezes anônima, se revela susceptível de produzir riscos globais ou tendendo para tal, susceptíveis de serem produzidos em tempo e em lugar largamente distanciados da ação que os originou ou para eles contribuiu e de poderem ter como consequência, pura e simplesmente, a extinção da vida. (DIAS, 2007, p. 134-135).

Desta feita, a norma criminal passa a ser utilizada, de toda sorte, como um verdadeiro mecanismo de controle dessa produção de riscos, mediante a utilização de institutos jurídicos criados especificamente à inibição de atividades que antecedem à causação de um mal. Esta formatação possibilita o desenvolvimento de estruturas que abrigam um direito penal voltado à coibição de condutas arriscadas, independentemente de suas consequências negativas concretas.

Em uma sociedade altamente tecnológica e industrializada, na qual há uma série de interações interpessoais anônimas e crescentes, há que se questionar e se redefinir os interesses merecedores de tutela penal, assim como os instrumentos voltados para esse fim. Fato é que, a sociedade ocidental industrial assume, em grande parte, a necessidade da intervenção penal para a prevenção de riscos que tem sua origem justamente na complexidade social na qual nos encontramos inseridos. (BIDASOLO, 2007, p. 36).

### 3.2 CLASSIFICAÇÃO DOS CRIMES QUANTO À OFENSIVIDADE AO BEM JURÍDICO

Os delitos podem ser classificados quanto à ofensividade ao bem jurídico como: crimes de dano e crimes de perigo.

Os crimes de dano são aqueles que se consumam com a efetiva lesão ao bem jurídico.

Os crimes de perigo são aqueles que se consumam com a possibilidade de lesão ao bem jurídico. Carecem somente de uma ameaça mais ou menos intensa ao objeto da ação.

Os crimes de perigo se subdividem, ainda, em crimes de perigo concreto e crimes de perigo abstrato.

Os crimes de perigo concreto são aqueles em que a conduta praticada gera um perigo real de dano ao bem jurídico tutelado. O objeto da ação deve ter corrido um risco verdadeiro em um caso individual. O perigo, nestes casos, constitui elemento do tipo, de tal forma que somente se aperfeiçoam com a verificação efetiva da situação perigosa. A análise da ocorrência do dano é feita *ex post facto* (após a realização da conduta).

Os crimes de perigo abstrato, também chamados de crimes de perigo presumido, são aqueles em que a conduta prevista no tipo penal é considerada potencialmente lesiva ao bem jurídico, e por isso, incriminada. Há presunção absoluta de perigo ao valor tutelado. O risco do comportamento a ser praticado é a razão para a penalização. E o perigo, nesta hipótese, não corresponde a um elemento do tipo penal, mas tão somente a sua motivação. A análise da probabilidade de dano é feita *ex ante facto* (antes da realização da conduta).

Sobre os crimes de perigo:

Juntamente com os crimes de resultado material ou de lesão, se encontram os de perigo. Nesses tipos penais não se exige que a ação tenha ocasionado um dano sobre um objeto, mas é suficiente que o objeto juridicamente protegido tenha sido posto em perigo de sofrer a lesão que se quer evitar. O perigo pode ser concreto, quando se exige realmente a possibilidade de lesão, ou abstrato quando o tipo penal se limita a descrever uma forma de comportamento que segundo a experiência geral representa em si mesma um perigo para o objeto protegido. (BACIGALUPO, 2005, p. 206).

Note-se que a principal característica dos crimes de perigo abstrato é a imprevisão no tocante a ocorrência de um resultado verdadeiramente perigoso. É a punição do comportamento praticado por considerá-lo de risco. Trata-se, pois, de uma prescrição normativa cuja completude se restringe à conduta, sem nenhuma referência aos efeitos exteriores do ato. E são raras e especialíssimas as hipóteses em que a configuração do injusto em nosso sistema se fez exclusivamente com o desvalor de ação. (PRADO, 2010, p. 329).

### 3.3 OS CRIMES DE PERIGO ABSTRATO COMO INSTRUMENTO DE GERENCIAMENTO DE RISCO À PROTEÇÃO DE BENS JURÍDICOS SUPRA-INDIVIDUAIS

A sociedade na qual nos inserimos na atualidade, que tem como elemento básico estruturante o risco em suas mais novas e distintas dimensões, proporciona um cenário bastante paradoxal entre a atividade de produção e a forma de consumo que se estabeleceu nas economias capitalistas (produtora de riscos globais), e as novas estruturas do sistema jurídico penal emergente (coibidora da produção desses riscos) que pretende a contenção de ameaças à humanidade.

Ao mesmo tempo em que o Estado incentiva constantemente o desenvolvimento tecnológico e o crescimento da economia de capital, aplica instrumentos de repressão à criação de eventuais riscos, porque essencial à sobrevivência da espécie humana. O contrassenso se encontra especificamente na massificação de técnicas e produtos inéditos, cujos riscos inerentes são completa ou parcialmente desconhecidos, mas fomentados pela própria demanda social. (BOTTINI, 2011, p. 112).

O paradoxo do risco pode ser definido como uma espécie de esquizofrenia estrutural da sociedade de consumo, em que os discursos sobre o risco permitido colapsam em antagonismos insuperáveis. Vive-se em uma sociedade em que o modelo econômico é sustentado sobre a criação e oferecimento do novo ao consumidor, justamente porque o mercado exige a novidade e o conforto desta oferta. No entanto, o desconhecimento sobre os riscos inerentes a este mesmo novo fomenta o discurso pela diminuição na intensidade de novidades até que seus riscos sejam conhecidos.  
[...].

Este sentimento contraditório e complexo, esta dependência estrutural e psicológica do novo em conflito com o temor diante do risco a ele inerente que conforma o paradoxo que envolve as relações sociais e a produção da política criminal. (BOTTINI, 2011, p. 112).

Essa ambivalência do risco pressupõe o conhecimento e a definição dos riscos que podem ser permitidos e dos que não devem ser permitidos, bem como a definição e a aplicação de medidas preventivas ou reparadoras. É necessário que façamos um gerenciamento dessa antítese. Infelizmente, as decisões nem sempre são objetivas, técnicas ou politicamente neutras, já que envolvem posições ideológicas que repercutem em interesses econômicos de determinados grupos.

De toda sorte, para aquelas atividades que possam apresentar certo grau de periculosidade, faz-se pertinente que se definam com maior precisão estratégias racionais de atuação para a adoção de medidas de contenção e de administração dos riscos. E nesse contexto, o poder legislativo é arena principal na disputa discursiva acerca da permissão ou proibição das ameaças, e o direito penal e seus institutos aparecem como um dentre os mecanismos de controle. (BOTTINI, 2011, p. 114).

O que se pode observar, é que o direito penal, de fato, caminha num sentido expansionista, e, à toda vista, com tendências à adoção de instrumentais que visem justamente o enfrentamento dos novos contextos de riscos. Neste pormenor, são os crimes de perigo abstrato, como técnica de construção legislativa posta a disposição do Estado para a persecução de seus objetivos primordiais, que passam a constituir o núcleo central do direito penal do risco. (BOTTINI, 2006, p. 66).

Os delitos de perigo abstrato, como pincelado anteriormente, são aqueles em que a conduta humana praticada é punida simplesmente por ser considerada perigosa, sem com que haja necessariamente a exposição de um bem jurídico à uma ofensa real. Com foco à evitar perigos ou lesões a valores imprescindíveis para uma dada sociedade, é que o legislador encontra o fundamento para a elaboração dessa espécie de crime.

Significando novo e poderoso fator de indeterminação do futuro, os riscos tecnológicos caracterizam-se por gerarem consequências imprevisíveis e incalculáveis, por possuírem causas indetermináveis e por apresentarem, frequentemente, dimensões e potencial destrutivo avassaladores. Por isso o ênfase sobre uma segurança antecipatória, cujo lastro de incidência repousa na tentativa de

regulação de setores sensíveis aos novos riscos. (SILVA, 2014).

O que se verifica, em verdade, é uma tentativa de adequação do direito penal à sociedade do risco, que abandona a função minimalista de tutela de bens jurídicos para aceitar “uma função promocional e propulsora de valores orientadores da acção humana na vida comunitária”. (DIAS, 2007, p. 135). A ciência do direito penal reage frente a esses desafios, já que não pode ficar à espera dos resultados lesivos às condições de vida da humanidade para só então fazer intervir o arsenal punitivo.

O carácter inédito dos novos riscos exigiu do legislador o uso de técnicas peculiares na elaboração típica – especialmente quando se propõe a regular esferas específicas de risco [...]. A dificuldade em distinguir os comportamentos arriscados dos inócuos nestas searas, e o potencial perigo inerente a determinadas condutas, leva à antecipação da tutela penal, ao uso da técnica dos crimes de perigo abstrato (BOTTINI, 2010, p. 283).

BOTTINI (2013, p. 92-97) explicita as razões para a proliferação dos crimes de perigo abstrato, A primeira delas se refere à alta potencialidade lesiva de algumas atividades e produtos, vez que a inovação científica pode desencadear graves ou irreversíveis lesões à bens jurídicos fundamentais. Por esta razão, o que importa é evitar ou controlar os comportamentos e não somente reprimir os resultados. Não nos interessa atuar após a ocorrência da lesão, mas antecipar-se a ela. E para isso, o tipo penal deve estar dirigido à conduta e não ao resultado. A atividade em si passa a ser o núcleo do injusto, pois a insegurança à ela inerente exige com que o legislador faça a opção por uma norma de prevenção.

O segundo fator responsável pela utilização dessa espécie de crime é a dificuldade de elucidação ou de previsão de nexos causais derivados da aplicação de novas tecnologias. A imprevisibilidade no manejo das atividades inovadoras e os efeitos desconhecidos de novos produtos afetam a análise dos cursos causais possíveis, e assim, tornam ineficazes os tipos de resultados e a verificação precisa da responsabilidade penal individualizada, incitando, então, a “criação de tipos com configuração cada vez mais abstrata e formalista.”

Em terceiro lugar, cita a proteção dos bens jurídicos de titularidade coletiva como motivo determinante para a recorrência dos delitos de perigo abstrato. Segundo o autor, a concessão de *status* penal aos interesses difusos torna cada vez mais inadequada a compreensão do delito sob a ótica autor-vítima, dada a

difficuldade de se limitar os sujeitos da ação criminosa. Os delitos de resultado dão lugar aos crimes de presunção, já que facilitam a inibição de condutas que prescindem de qualquer resultado concreto para a aferição da tipicidade objetiva.

A quarta razão, ainda, trata do emprego desses delitos aos novos contextos de risco interacional. O desenvolvimento de novas tecnologias, mas principalmente a sua utilização por uma parcela significativa da população, implica na criação de contextos de interação arriscados, que não existiam em outros tempos. Assim, faz surgir a necessidade, não de proibir sua utilização, mas de direcionar o controle e a segurança de seu uso, evitando possível instabilidade social. Às normas, nestes casos, importarão menos o dano específico resultante da conduta do que a quebra de expectativas – regras – de interação.

Por fim, a última motivação do legislador para o emprego dos tipos penais de perigo abstrato, é o enfrentamento dos atos perigosos por acumulação. Trata-se de ações que isoladamente não representam uma ameaça aos bens jurídicos tutelados, mas “sua reiteração ou multiplicação acaba por consolidar um ambiente de riscos efetivos para estes interesses protegidos”. Se a realização de uma ou algumas poucas condutas similares não lesionam o bem jurídico, quando praticadas por um número excessivo de pessoas, podem afetá-lo de forma inquestionável. O núcleo do injusto, nesta hipótese, não é a potencialidade lesiva da conduta individual, mas o risco que a repetição destas condutas ocasionam ao valor protegido. É um fenômeno que decorre do somatório de ações repetidas praticadas por agentes diversos, que atrela uma consequência penal aos comportamentos arriscados por acumulação. É dando tratamento individual ao risco criado pelo somatório de condutas, inócuas em si mesmas, que o direito penal atual tenta evitar a criação de contextos de perigo.

Muito se discute acerca da legitimidade dos crimes de perigo abstrato. Há chegado o momento, contudo, em que a ciência do direito penal carece abandonar velhos argumentos que fundamentavam a incriminação de condutas estritamente individualizadas, para encontrar um novo modelo que enfrente a realidade na qual se encontra inserida. Isso porque, o ato penalmente relevante deve aproximar-se das relações sociais e do modelo de organização política vigente, para permitir com que o injusto penal mantenha a funcionalidade do sistema social que o erige.

Assim, em uma sociedade caracterizada pela presença dos riscos, a configuração do injusto não poderia se dar de outra forma senão em razão da

periculosidade dos comportamentos. O fator de normatização do tipo penal objetivo não pode estar fundamentado somente no resultado ou na conduta em si, mas, sim, em postulados concretos que abriguem a potência do resultado lesivo, conhecido anteriormente pelo agente. Noutros termos, a tipicidade material deverá conter a conduta humana (desvalor de ação) e, ainda, refletir uma imagem de resultado prejudicial possível ou provável, que justifique a ameaça de repressão (desvalor de resultado). (BOTTINI, 2013, p. 166). À melhor compreensão:

O risco, portanto, passa a ser definido como elemento central da conduta típica, em qualquer espécie delitiva. É o elemento que permite superar a dicotomia entre o desvalor da ação e o desvalor de resultado, e define um critério jurídico e normativo de ação penalmente relevante. O risco – que cumpre papel sociológico central na organização social atual e que estrutura o modelo de produção e de distribuição de riquezas – e o cerne de toda a atuação do direito penal, e direciona a política criminal aplicável pelo gestor de riscos nesta área. Para que um comportamento seja penalmente desvalorado, será necessária a presença de um risco relevante para um bem jurídico, mesmo que abstrato ou potencial.

O risco é o substrato mínimo sobre o qual se constroem todos os delitos, de forma que não existe diferença qualitativa entre os crimes de perigo abstrato, os crimes de perigo concreto e os crimes de lesão, pois os três estão atrelados ao mesmo fundamento valorativo, que é a periculosidade do comportamento humano. A distinção entre estas espécies típicas não está no aspecto material, mas na atualidade ou na intensidade do risco que apresentam. (BOTTINI, 2013, p. 167-168).

A chamada funcionalização da tutela penal parte da constatação da presença da periculosidade da conduta a ser praticada em um juízo *ex ante*, mas que deve estar imbuída de conhecimentos especiais (certezas científicas) sobre o contexto do risco, que agregaria tanto o conhecimento atual sobre o nexo causal (entre o comportamento e um resultado danoso), como a projeção futura do risco a ser criado, os quais devem ser passíveis de afetar concretamente os interesses tutelados. (BOTTINI, 2013, p. 172).

É claro que para qualificar uma conduta como perigosa, desde uma perspectiva criminal, deve-se verificar a probabilidade real de lesão no caso concreto ou uma avaliação verossímil do risco à um bem jurídico protegido. Este limite axiológico deve, necessariamente, ser respeitado para que somente condutas que se mostrem potencialmente perigosas sejam incriminadas, sob pena de violarmos princípios basilares do Direito penal, como o da dignidade humana.

Essa análise resulta na compreensão do direito penal contemporâneo como um verdadeiro direito penal de risco, que implica, antes de tudo, na alteração



do modo próprio de produção legislativa em matéria penal, que passa a utilizar esse risco como substrato material à construção dos delitos. É o perigo do comportamento sendo usado como critério jurídico e normativo para a definição de ação penalmente relevante, dando especial suporte à elaboração de delitos, especialmente os de perigo abstrato.

E assim, o risco penalmente valorado se torna a principal razão para a esperada proliferação desses crimes que pressupõem a ocorrência de um perigo, já que configuram uma criminalização em âmbito prévio ou a chamada antecipação da tutela penal, pertinente para a hipótese. Eles representam, sim, o “sintoma mais nítido da expansão do direito penal, na ânsia de fazer frente aos temores que acompanham o desenvolvimento científico e econômico da atualidade”. (BOTTINI, 2006, p. 66).

### 3.4 OS DELITOS POR ACUMULAÇÃO

#### 3.4.1 Conceito

Partindo de uma análise acerca da responsabilidade penal na sociedade de riscos surge, dentre os debates mais acalorados nas ciências criminais da atualidade, a discussão acerca da admissibilidade de formas de imputação individualizadas baseadas na ideia de ações coletivas. Questiona-se se comportamentos praticados por um grande número de pessoas – em uma lógica das massas – podem constituir um tipo de injusto penal com repercussão individual. (SILVA DIAS, 2003, p. 435-436).

Se o novo modelo social exige que o perigo seja controlado mediante o direito penal de riscos, os delitos por acumulação, como uma derivação dos crimes de perigo abstrato, representam o temor do legislador em operar com os perigos globais (perigos presumidos ou estatísticos) derivados do efeito somatório de condutas, inócuas em si mesmas, mas que, se generalizadas, significam a afetação grave à bens jurídicos metaindividuais fundamentais. (MOLINA, 2000, p. 375).

Os delitos por acumulação surgem, neste contexto, para abarcar aquelas condutas consideradas, isoladamente, inofensivas em relação ao objeto de tutela da norma, incapazes de consubstanciar qualquer crime (de dano, de perigo concreto ou abstrato), mas que, quando tomadas a partir da hipótese de sua prática por um grande número de pessoas, da hipótese de sua repetição, possuem significado jurídico-penal bastante relevante. (D'ÁVILA, 2009, p. 118).

Pela lógica da acumulação uma conduta aparentemente insignificante é qualificada (jurídico-penalmente) como significativa. A conduta praticada é mais do que uma simples conduta, ela é uma conduta mais o sentido da acumulação de sua prática reiterada. O problema da acumulação de pequenos riscos é justamente o problema do perigo que essa cumulatividade oferece à integridade normativa do sistema jurídico, protetora de bens jurídicos. (SAAD-DINIZ, 2012, p. 150).

Quando da existência de uma dúvida relativa a uma real e imediata periculosidade para tal bem, usa-se a ideia de acumulação de condutas, a fim de se legitimar a aplicação jurídico-penal concreta contra os autores de uma conduta assim considerada. Em outras palavras, é a acumulação uma repetição reiterada e cientificamente comprovada de condutas, cuja existência poderá acarretar perigos reais ou mesmo sérios danos aos bens jurídicos-penais coletivos. Surge a ideia de delitos cumulativos. (GONÇALVES, 2010, p. 110).

Os partidários da acumulação preconizam que o legislador, quando pretenda elaborar um delito deste gênero<sup>21</sup>, faça um prognóstico realista, baseado em conhecimentos científicos disponíveis acerca dos reais efeitos cumulativos de ações praticadas por somatória. Deve ser empiricamente provável que determinadas condutas serão praticadas de modo tão intenso que, conjuntamente, lesionem um bem jurídico, justificando a sua proibição mediante a imputação criminal.

*What if everybody did it?*<sup>22</sup> foi a indagação que Joel Feinberg fez em 1984 para analisar esse grupo específico de casos que, dois anos mais tarde, foram introduzidos no discurso dogmático por Lothar Kuhlen com o nome de *Kumulationdelikt*<sup>23</sup>, no propósito de definir as balizas de proteção jurídico-penal do

---

<sup>21</sup> É valioso suscitarmos que, segundo Augusto Silva Dias, o conceito de crime cumulativo é um conceito eminentemente dogmático e não pode ser considerado uma técnica legislativa, isto é, uma classe de tipos penais incriminatórios ou uma regra prevista na parte geral do Código Penal que dê amplitude à tipicidade. A figura da acumulação só se remete à qualificação de determinados comportamentos como puníveis, auxiliando na interpretação dos tipos penais e na imputação.

<sup>22</sup> Tradução: E se todos fizéssemos?

<sup>23</sup> Tradução: Delitos cumulativos.

meio ambiente. (BECHARA, 2010, p. 3-5). Simpatizantes de sua consagração<sup>24</sup>, no entanto, entenderam pertinente sua extensão à outros valores transindividuais, já que essas ações cumulativas configuram o centro de gravidade dos injustos na atualidade.

Os delitos por acumulação, portanto, caracterizam-se por não exigirem a comprovação do nexo de causalidade entre o comportamento individual e o dano global, em virtude da dificuldade ou mesmo da impossibilidade de se determinar as condutas praticadas, já que se encontram separadas no espaço e no tempo, e não podem ser identificadas através de um único tipo de ato ou mesmo de um único contexto de riscos. (SILVA DIAS, 2003, p. 437).

Desta forma, um bem jurídico supraindividual que, em um primeiro momento, coloca dificuldades no que tange à individualização da ofensa, consegue superá-las. Condutas praticadas repetidamente tornam-se significativas, porque sem uma proibição sancionatória causariam um prejuízo grave à um valor que supostamente quer-se acautelar. Diferentemente, recaímos, inevitavelmente, em uma considerável relativização da proteção do bem jurídico.

### 3.4.2 Fundamentos dos delitos cumulativos

São dois os fundamentos que embasam a ideia dos delitos por acumulação: um de teoria da sociedade e outro de ordem filosófica e moral.

O primeiro se refere a critérios de dano global ou do grande número, isto é, dos efeitos nocivos que contributos singulares, realizados independentemente uns dos outros, representam para a ordem social. É o aspecto do dano cumulativo, como exemplo de dano coletivo, resultante da soma de micro-lesões em massa como manifestação dos novos e grandes riscos, desencadeados pela dinâmica e complexidade da sociedade do risco. (SILVA DIAS, 2003, p. 310-311).

Esses riscos que ameaçam a existência humana provêm da somatória de múltiplas ações individuais e são formados de modo invisível à percepção pública – surgem de modo involuntário –, porque produzidos no seio do processo de

---

<sup>24</sup> Hirsch, Wohlers e Hefendehl.

modernização e coordenadas através da lógica mercadológica, por uma “mão invisível” ou por um “código sistêmico”. A sociedade de riscos não é uma opção, e o risco tem sua gênese em ações de consequências imensuráveis. (SILVA DIAS, 2003, p. 311-312).

A danosidade global, gerada pelo acúmulo de ações individuais com alto poder destrutivo, cuja formação causal escapa à representações da vida de todos os dias, constitui a razão, uma das principais razões, para que uma conduta, inofensiva relativamente ao bem jurídico, torne-se objeto de censura social e, em particular, de censura jurídico-penal. O foco é o agente que participa de um processo coletivo, mas cujo desenlace não domina. (SILVA DIAS, 2003, p. 313).

Neste sentido, a dificuldade de se quantificar a lesão à esses bens jurídicos acaba, naturalmente, conduzindo-nos à ideia de cumulatividade. É através da busca por um equivalente material para se chegar a uma causalidade lesiva real à valores fundamentais que surgem institutos que preconizam a prevenção. (GONÇALVES, 2010, p. 110). É a própria sociedade contemporânea que pulsa uma imediata intervenção penal para a contensão de desastres irreversíveis.

Ao pretender-se a punição em razão de uma violação à bens jurídicos transindividuais, por sua excessiva abstração, fica muito menos clara a legitimidade de intervenção estatal. A violação de valores de difícil delimitação, contudo, afetam sobremaneira o desenvolvimento dos cidadãos participantes dessa comunidade, razão pela a discussão acerca de instrumentos, como os delitos por acumulação, que contenham a multiplicação dos riscos, é fulgente. (BOTTINI, 2006, p. 75) .

Aliado à isso, vê-se nas sociedades contemporâneas uma evidente ampliação da responsabilidade e culpa individuais, numa busca por maior estabilidade e tranquilidade sociais, frente à insegurança coletiva estabelecida. Situações que outrora eram atribuídas ao destino, a Deus, à natureza, à coletividade, passam para a esfera individual, e os limites de imputação não se restringem mais à previsibilidade do dominável e do previsível.

[...], o homem se vê como vítima de seu próprio produto de laboratório. Seu produto é a tecnologia, e essa traz como “acessórios” grandes riscos que afetam uma quantidade massiva de pessoas. Se o homem é responsável por “fabricar” aqueles, então, tudo aquilo que nos afeta pode ser – e provavelmente deve ter sido – resultante de uma ação humana, o que nos leva – como que automaticamente – à atribuição de responsabilidades pessoais. Nesse sentido, a ideia de acumulação ganha seu fundamento na preservação da própria coletividade, como um meio de se imputar

individualmente condutas que sejam causadoras de “autodestruição” humana, seja essa considerada a partir da expectativa futura de vida sobre a Terra.

[...].

Assim, não é nosso agir mais individual, mas sim coletivamente considerado, o que nos transporta a uma responsabilidade coletiva por ação praticada. Portanto, ações individuais inócuas e com lesividade irrelevante – mas certamente cocausadoras dos grandes riscos pelos quais passamos todos – se tornam ou se transportam para uma significância social. Em outras palavras, a já referida necessidade de imputação *individual* por algum dano é resultante da *visão coletivo-social* que se tem sobre aquele contributo. (GONÇALVES, 2010, p. 110).

O segundo fundamento da acumulação assenta-se na ideia do desvalor do contributo individual, ou mais precisamente, naquele que se aproveita do sentido cooperativo dos outros, em relação à consecução de um objetivo comum ou da preservação de um bem coletivo, em benefício próprio. O *free-rider* ou, em português, o viajante sem bilhete, é aquele que obtém um ganho imoral enquanto os cumpridores de regras, apesar de sua supremacia ética, sofrem uma perda. (SILVA DIAS, 2003, p. 316).

A reprimenda de certos comportamentos encontra-se, precisamente, na violação do princípio de que todos temos direitos iguais e que a legitimidade da sanção criminal reside no estabelecimento da igualdade jurídica perturbada. A eliminação desse descompasso (agente que retira proveito injusto da conduta cumpridora de outros concidadãos), dada a consagração constitucional e função do princípio da igualdade, justifica a intervenção penal. (SILVA DIAS, 2003, p. 317).

O homem cooperante é aquele de quem se pode esperar o respeito às normas jurídicas, por ter ele as aceitado de forma democrática, de maneira a ter consciência de que abre mão de parte de sua liberdade para tê-la em maior quantidade. O homem econômico, ao contrário, atua de acordo com a ponderação de custos e benefícios feita no caso concreto, optando por aquela que lhe traga benefícios imediatos, em detrimento da atitude solidária de terceiros. (GONÇALVES, 2010, p. 120).

Uma fundamentação com base na filosofia moral significa, para nossos fins, que é feita uma análise de desvalor sobre a conduta propriamente dita. Uma conduta *aproveitadora* em sentido negativo – considerando os padrões morais de uma sociedade democrática que tem como regra a existência de indivíduos cooperantes –, já que aquele aproveitamento advém de uma “malícia” moralmente desvalorada.

O agente praticante da referida conduta é classificado como *free-rider*, sendo aquele indivíduo que age em benefício próprio, aproveitando-se da colaboração de terceiros para aferir vantagens (em qualquer sentido)

“injustas”. Enquanto terceiros cumprem as regras para a consecução socialmente benéfica de um bem comum ou para a preservação de um bem supraindividual, o *free-rider* assim não faz, mas, felizmente ou não, se beneficia e desfruta daquele objeto ou bem da coletividade como se cooperante fosse. (GONÇALVES, 2010, p. 119).

Do ponto de vista egoísta, cada um se sente tentado a deixar de fazer a sua parte a partir do momento em que verificar que os demais também não estão fazendo. Nesta hipótese, haverá a sensação de que o mal compensa, e impera assim a instabilidade. É só a segurança de que sua atitude cooperante não é em vão que faz com que o homem continue cooperando, e essa segurança é a certeza da punição daquele que age egoisticamente. (OLIVEIRA, 2014).

Contudo, a obtenção de vantagem à custa do empenho cooperativo da maioria não é suficiente para a configuração do *freeloading*. O contributo cumulativo só será merecedor de pena se detiver, também, uma certa gravidade mínima, pois seus efeitos devem suportar um teste de análise realista, ou seja, a ação praticada deve ser em número suficiente para que a continuidade da sua permissão constitua uma ameaça para um objeto simbólico que é socialmente valorado. (SILVA DIAS, 2003, p. 319-320).

A lógica do grande número é igualmente determinante para este quadro de acumulação, e seu desvalor deve ser entendido sob esse prisma, já que a conduta singular não diminui o valor de utilidade do bem coletivo, porquanto inofensiva, mas aumenta a perturbação no ambiente desse bem, em termos de disfuncionalidade. É a necessidade de se proteger o bem coletivo que nos leva à uma proibição jurídica pela recusa do agente em preservar as condições de vigência incólume do bem. (BOTTINI, 2006, p. 75).

### 3.4.3 A doutrina e os delitos cumulativos

A doutrina diverge acerca da admissão dos delitos por acumulação no nosso sistema penal. Aqueles que repudiam o uso dessa espécie de crime apresentam suas críticas embasadas em dois principais argumentos, quais sejam, incompatibilidade com princípios clássicos do direito penal, como lesividade,

proporcionalidade e culpabilidade, e a ineficácia do Direito penal como meio eficaz de contenção dos novos riscos globais.<sup>25</sup>

Por outro lado, podemos citar alguns doutrinadores de renome, que admitem a utilização dos crimes cumulativos. Primeiramente, Jesús-Maria Silva Sánchez, quem, apesar de considera-los incompatíveis com alguns princípios de direito penal, propõe sua aceitação, desde que sejam cominadas outras penas que não a pena privativa de liberdade, no contexto, denominado por ele, de um Direito penal de fronteira ou Direito penal de duas velocidades. (BECHARA, 2010, p. 03).

Em segundo lugar, o professor português Jorge Figueiredo Dias, que entende legítima a punição de condutas do agente que, quando somada à outras tantas, revele possível ou muito provável a causação de um perigo de dano ao bem jurídico tutelado, desde que verificada empiricamente a probabilidade real de acumulação de efeitos negativos, em face da necessidade coletiva de contenção dos mega-riscos globais, no contexto da sociedade do risco. (BECHARA, 2010, p. 03).

No Brasil, Fábio Roberto D'ávila, quem, apesar de afirmar que essa concepção de delito leva ao reconhecimento da absoluta ausência de ofensividade, propõe a possibilidade de análise da relevância jurídico-penal da conduta de acumulação do agente, a partir do contexto no qual se desenvolve, isto é, a acumulação verificada não sob uma hipótese de repetição ou prevenção geral, mas numa relação de dependência com a situação real que a envolve. (BECHARA, 2010, p. 03).

Por fim, Pierpaolo Cruz Bottini, que não nega a possibilidade de tipificação de condutas de acumulação, mas entende imprescindível a constatação da periculosidade da conduta, assim como a sua repetição pelo mesmo agente. Para ele, esta é uma discussão sobre aplicação concreta de normas, o que não pode ser admitida quando o contexto de risco é criado por um conjunto de agentes sem prévia combinação ou quando cada conduta isolada não apresenta materialidade necessária para permitir a incidência da norma penal. (BECHARA, 2010, p. 03).

E assim encerramos a análise dos delitos por acumulação, do contexto que propiciou o seu surgimento e seus fundamentos, para podermos ponderar

---

<sup>25</sup> A análise pormenorizada sobre a incompatibilidade dos delitos por acumulação frente ao sistema penal atual é assunto pertinente para outro trabalho.

adiante eventual aplicação do princípio da insignificância, consagrado pela dogmática penal, para esta espécie de delito, já que representa um caminho inevitável do Direito penal à contensão de riscos que afetam bens jurídicos supraindividuais, no contexto da sociedade tecnológica e globalizada na qual nos inserimos na atualidade.



#### **4 A (IN)APLICABILIDADE DO PRINCÍPIO DA INSIGNIFICÂNCIA NOS DELITOS POR ACUMULAÇÃO**

Com a assunção, pelo sistema jurídico-criminal, do princípio da insignificância, os Tribunais brasileiros intentaram estabelecer os contornos da tipicidade formalmente irrelevante. A jurisprudência, ao longo do tempo, elaborou quesitos para a concretude do preceito, que levaram em conta, por mais das vezes, a natureza do bem jurídico e o grau de afetação produzido pelo comportamento indesejado ao valor protegido pela norma penal.

O princípio da insignificância como causa de exclusão de tipicidade material encontra-se praticamente sem opositores. Contudo, se por um lado a adoção do princípio é praticamente pacificada, por outro, os critérios que possam dar conta de sua realização prática, ainda, revelam-se como um desafio, já que não se pode vislumbrar uma clareza delimitativa que propicie soluções efetivas aos casos concretos apresentados ao Poder Judiciário. (SILVA et al, 2014, p. 07-08).

Em virtude da proliferação cada vez mais intensa de delitos que se caracterizam pela lesão ao bem jurídico metaindividual quando considerados a partir da hipótese de sua reiteração – crimes cumulativos –, haja vista as características da sociedade contemporânea, aceitando o risco como novo fundamento legitimador da interferência estatal, parece oportuno que façamos uma releitura do princípio da insignificância, no intuito de harmonizar os critérios para a sua aplicabilidade.

Os exemplos mais evidentes da acumulatividade encontram-se, sem sombra de dúvidas, no rol dos crimes ambientais (Lei de Crimes Ambientais). Contudo, os delitos por acumulação não se restringem à proteção desse bem jurídico. Todos os valores supraindividuais <sup>26</sup> que são lesionados por comportamentos individualmente insignificantes, mas cumulativamente relevantes, têm o potencial de serem protegidos por esta espécie de delito.

Especificamente quanto aos crimes que lesam o meio ambiente, podemos abordar, para exemplificar e facilitar a exposição da matéria, um exemplo da divergência jurisprudencial que assola a ideia da insignificância. Por um lado, um entendimento que é totalmente contra a incidência do princípio para esta espécie

---

<sup>26</sup> Além do meio ambiente: a ordem econômica, ordem tributária, sistema financeiro, direito do consumidor, saúde pública, organização política etc.

de delitos, porque pressupõe que qualquer micro-lesão contribui, inquestionavelmente, para a afetação desse bem jurídico, e nada pode ser deixado à margem do direito. Vejamos:

APELAÇÃO. CRIME AMBIENTAL. ART. 39 DA LEI Nº 9.605/98. PRINCÍPIO DA INSIGNIFICÂNCIA. TESE AFASTADA. ABSOLVIÇÃO SUMÁRIA. DECISÃO DESCONSTITUÍDA. **Inaplicável o princípio da insignificância, aos crimes ambientais, pois o dano ao meio ambiente é cumulativo** e perceptível somente a longo prazo. Absolvição sumária. Decisão desconstituída. Apelação do Ministério Público, provida. (Apelação Crime Nº 70039155569, Quarta Câmara Criminal, Tribunal de Justiça do RS, Relator: Gaspar Marques Batista, Julgado em 25/11/2010)

Por outro, há quem entenda possível a aplicação do princípio da insignificância no caso de crimes cumulativos, dependendo das especificidades dos casos concretos, que deverão ser ponderadas segundo os critérios estabelecidos pelo Supremo Tribunal Federal, quais sejam, mínima ofensividade da conduta do agente, nenhuma periculosidade social da ação, reduzido grau de reprovabilidade do comportamento e inexpressividade da lesão jurídica provocada.

Frente à essas conceituações tão abstratas, contudo, não há dúvidas que queda à discricionariedade do julgador a percepção da significância ou insignificância de cada conduta praticada. O contexto no qual se insere esse comportamento, no entanto, é muitas vezes desconhecido pelo magistrado, quem, em regra, não detém conhecimentos extra-jurídicos tão abrangentes para uma análise mais pormenorizada. Observemos decisões de um mesmo Tribunal que apresentam entendimentos completamente opostos:

EMENTA: PENAL. PROCESSUAL PENAL. EMBARGOS INFRINGENTES. REJEIÇÃO DA DENÚNCIA. CRIME AMBIENTAL. PESCA EM PERÍODO DE DEFESO COM MÉTODOS PROIBIDOS. **ART. 34 DA LEI Nº 9.605/98.** JUSTA CAUSA. AUSÊNCIA. PRINCÍPIO DA **INSIGNIFICÂNCIA. APLICABILIDADE.** PRECEDENTES DO STF. 1. Não há que se falar em inaplicabilidade do princípio da insignificância em matéria criminal ambiental, uma vez que decidido no próprio Supremo Tribunal Federal acerca de sua possibilidade. 2. Embora o princípio da insignificância não encontre fértil seara em matéria ambiental, as peculiaridades do caso em análise, consubstanciados com o ínfimo prejuízo ambiental causado pelo réu, autorizam a aplicação do princípio favorável à defesa. (TRF4, ENUL 5023832-39.2012.404.7200, Quarta Seção, Relator p/ Acórdão Sebastião Ogê Muniz, juntado aos autos em 07/04/2014)

EMENTA: PENAL E PROCESSUAL. CRIME AMBIENTAL. **ARTIGO 34 DA LEI 9.605/98.** PESCA EM PERÍODO DE DEFESO. TIPICIDADE. PRINCÍPIO DA **INSIGNIFICÂNCIA. INAPLICABILIDADE.** 1. O delito

previsto no art. 34 da Lei 9.605/98 se perfectibiliza com qualquer ato tendente à captura de peixes, sendo a apreensão mero exaurimento do tipo. 2. Tratando-se de crime formal e perigo abstrato, no qual o risco de lesão ao equilíbrio e à harmonia do meio ambiente, em especial à fauna aquática, presume-se pela própria conduta descrita no tipo penal, não há se falar em aplicação dos princípios da insignificância, tampouco da adequação social, principalmente na hipótese dos autos, em que houve a efetiva pesca de espécies em período de defeso. 3. Ordem denegada. (TRF4, HC 5006118-64.2014.404.0000, Sétima Turma, Relatora p/ Acórdão Salise Monteiro Sanhotene, juntado aos autos em 30/04/2014)

Neste pormenor, o que se observa, é uma primeira compreensão absoluta acerca da inaplicabilidade do princípio da insignificância, por entender descabido o tratamento de qualquer conduta, que se coadune à previsão legal (tipicidade formal), como insignificante. E um segundo entendimento bastante relativo, que atribui ao magistrado uma responsabilidade exacerbada quanto à análise subjetiva e, muitas vezes, leiga da significância ou insignificância de cada caso singular.

Nenhum desses posicionamentos parece convincente. De um lado, o afastamento total do princípio da insignificância nos crimes ecológicos pode levar-nos à penalização de condutas que não deveriam ser abarcadas pelo direito penal. Do outro, parece óbvio que o convencimento subjetivo do juiz, embasado no seu conhecimento imperito acerca de outras ciências, não pode ser considerado um critério técnico para a aplicação do princípio da insignificância.

Pois bem. A elaboração de um delito cumulativo, como se viu, pressupõe a análise antecipada, em âmbito legislativo, da importância jurídico-penal de determinados comportamentos indesejados os quais, embora se mostrem inofensivos quando individualmente considerados, se tomados a partir de um prognóstico de reiteração, podem resultar em uma verdadeira lesão ou risco efetivo à um bem jurídico supraindividual fundamental.

Mas se a elaboração de um crime cumulativo requer o exame prévio da importância jurídica dos comportamentos individuais – que somente sob a ótica da cumulatividade são de interesse do direito penal, já que isoladamente seriam irrelevantes –, seria possível cogitarmos a aplicação do princípio da insignificância frente à condutas humanas já compreendidas pelo legislador como significantes? Noutras palavras, é possível apontarmos a insignificância do significativo?

Sim, entende-se que é possível. A análise preliminar acerca da importância de determinados comportamentos, não exclui a possibilidade de uma análise posterior, feita pelo julgador, acerca da significância ou da insignificância da

ação efetivamente praticada. Acredita-se que mesmo dentro do arcabouço das – em tese – significantes micro-lesões, sob o aspecto da cumulatividade, ainda assim, é possível apontarmos comportamentos que – no caso concreto – não merecem a reprimenda do Direito criminal.

Quer-se apresentar, contudo, uma nova maneira de manejar o princípio da insignificância com foco à criminalidade por acumulação. Como se disse, posicionamentos absolutos que rechaçam plenamente a incidência do preceito, abarcando toda e qualquer conduta que se adeque ao tipo formal, bem como aqueles que deixam larga margem à subjetividade, trazendo consigo insegurança jurídica, não parecem ser critérios técnicos aceitáveis.

Nestes termos, propõe-se que a análise da importância jurídica do comportamento praticado, que formalmente se amolda ao tipo penal cumulativo, seja realizada considerando-se o contexto de reiteração no qual se encontra inserido. Noutras palavras, a conduta praticada terá relevância penal somente quando imersa numa conjectura de repetição empírica (cientificamente comprovada), de modo que possa causar, *verdadeiramente*, uma lesão ou risco ao bem jurídico.

Se a conduta do agente não for praticada num cenário de reiteração relevante, não terá o condão de lesar o bem jurídico ou de colocá-lo em risco e, portanto, deverá ser considerado insignificante para a ordem jurídica criminal. No entanto, caso o comportamento do agente componha um quadro de reiteração expressivo, colaborando para gerar um dano ou um risco de dano ao bem jurídico tutelado, ele será, não só formal, mas também materialmente típico.

Note-se que deve haver uma análise genuína e legítima acerca da recorrência da conduta em análise, a fim de mensurarmos realisticamente esse contexto de repetitividade. Desta maneira, ao mesmo tempo que fica comprovado que o agente participou *efetivamente* para a ocorrência da lesão, exclui-se a possibilidade da ocorrência da punição *iniuria tertii* (punição do agente por atos de terceiros) – motivo de severas críticas por opositores da cumulatividade.

Em termos práticos, se nos deparássemos com três casos concretos que envolvem a suposta prática do crime previsto no artigo 34 da Lei 9.605/1998, exemplo da jurisprudência colacionada acima, em que, *verbi gratia*, um agente foi apreendido com 50 peixes, outro com 25 e outro com 2 peixes, extraídos de um local onde a pesca seja proibida, a análise acerca da viabilidade da aplicação do princípio da insignificância quedaria da seguinte maneira: as condutas que se amoldam ao

tipo do artigo 34 da Lei de Crimes Ambientais, as quais, isoladamente, são irrelevantes para o direito penal, são praticadas de forma reiterada, de forma a lesionar ou causar risco de lesão ao bem jurídico meio ambiente? Caso a resposta seja afirmativa, não se aplica o princípio da insignificância. Caso seja negativa, deve-se aplicar a insignificância.

Atualmente, o contexto de reiteração a que se faz menção, especificamente quanto ao delito mencionado, é bastante relevante para o Direito Penal. A pesca em época de piracema – período de reprodução dos peixes – é uma realidade constante nos rios brasileiros. São os fatos que nos demonstram que a conduta formalmente típica, por ser praticada massivamente (reiteração valiosa para o Direito penal), possui, também, e comprovadamente, sua relevância material.

Portanto, levando-se em conta o modo de aplicação do princípio da insignificância proposto, conclui-se que, para esses casos em particular, não importa se o agente, no caso concreto, pescou 50, 25 ou 2 peixes, pois sua conduta encontra-se vinculada a um panorama de reincidência criminalmente relevante, e sua conduta contribui, indubitavelmente, para a causação de um prejuízo ao valor protegido. O contributo individual, ainda que diminuto, neste cenário de cumulatividade, terá importância e deverá ser incriminado.

É claro que esse modelo exige, também, conhecimentos interdisciplinares, relacionados ao objeto protegido pela norma penal. No entanto, podem, indubitavelmente, trazer maior segurança à aplicação do princípio da insignificância, já que imbuiria o julgador de dados científicos que embasariam sua decisão, agora muito mais técnica e não meramente fundada em suposições no que se refere à importância jurídica de determinados comportamentos.

Ademais, é de se constatar que a noção de significância ou insignificância da conduta formalmente típica é mutante, segundo o grau de evolução vivenciado por nossa sociedade. Sempre dependeremos da análise empírica dos acontecimentos que nos cercam. Se hoje a pesca em local proibido é uma realidade constante, relevante sob a ótica da cumulatividade, noutro momento pode passar despercebido, se forem constatados casos mais isolados de criminalidade.

O que se pretendeu aqui, no entanto, é a apresentação de uma forma mais racional de aplicação do princípio da insignificância. Ao mesmo em que evita a criminalização banal de comportamentos irrelevantes, em face dos delitos por acumulação, instituto surgente por entre os contornos da sociedade de riscos

globais, que inevitavelmente tem de se preocupar com a proteção do bem comum, seleciona certas condutas que violam o bem jurídico protegido, e que hoje encontram-se à margem do direito penal.

## 5 CONCLUSÕES

A indagação que provocou a elaboração deste trabalho monográfico, qual seja, “é possível aplicarmos o princípio da insignificância no âmbito dos delitos por acumulação?”, possibilita a elaboração de um novo parâmetro para a concretude do preceito minimalista face à nova modalidade incriminatória, que surge como uma alternativa à proteção de bens jurídicos coletivos em sentido amplo.

Como explicitado no capítulo anterior, os posicionamentos existentes na jurisprudência quanto à aplicabilidade do princípio da insignificância nos crimes acumulativos – que se restringe, em grande parte, aos crimes ambientais – apresentam entendimentos pouco precisos, que não devolvem aos jurisdicionados a segurança jurídica que se espera em um Estado Democrático de Direito.

Desta maneira, parece proveitoso o aperfeiçoamento do debate acerca da matéria em mesa, a fim de buscarmos os melhores critérios que permitam com que o magistrado promova soluções mais técnicas e confiáveis em cada caso particular apresentado ao Poder Judiciário. Este foi o objetivo principal da confrontação dos institutos: insignificância face à condutas significantes, sob a ótica da acumulação.

Nestes termos, o que se pode concluir, depois de todo o exposto, é que a configuração de um delito por acumulação encontra-se conexa, obrigatoriamente, ao contexto de reiteração em que determinada conduta humana é praticada. Noutras palavras, a pertinência jurídico-penal do comportamento típico deve ser analisado segundo a conjectura na qual se encontra inserido, já que, para representar alguma relevância criminal, deve ser suficientemente hábil, mas também realisticamente reiterado, de forma a lesar ou causar risco de lesão à um bem jurídico.

Assim, o comportamento do agente somente terá significância para o Direito Penal quando, dentro de uma perspectiva concreta de reiteração, e levando em conta as nuances do comportamento formalmente típico, detenha potencial para gerar um dano ou risco de dano ao valor supra-individual. Se, por outro lado, o comportamento realizado, não é integrante de um cenário de reiteração, não representará perigo ao valor protegido e, portanto, não carecerá de proteção por parte do Direito Penal.

Nestes termos, o Direito Penal, manejado de forma a atingir os fins a que se propõe, consegue encontrar critérios técnicos mais apropriados para a concretude do preceito em referência, já que individualiza a significância ou a

insignificância penal do comportamento realizado, dentro de cada contexto de repetição, fazendo emergir seu verdadeiro potencial lesivo face ao valor protegido pela norma criminal.



## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BACIGALUPO, Enrique. **Direito Penal**: parte geral. São Paulo: Malheiros, 2005.

BECHARA, Ana Elisa Liberatore Silva. Delitos de acumulação e racionalidade da intervenção penal. **Boletim IBCCRIM**, São Paulo, v. 17, n. 208, p.3-5, mar. 2010.

BIDASOLO, Mirentxu Corcoy. Límites objetivos y subjetivos a la intervención penal en el control de riegos.. In: PUIG, Santiago Mir; BIDASOLO, Mirentxu Corcoy (Dir.). MARTÍN, Víctor Gómez (Coord.). **Política criminal y reforma penal**. Buenos Aires: Euros Editores, 2007.

BITENCOURT, Cezar Roberto; CONDE, Francisco Muñoz. **Teoria Geral do Delito**. São Paulo: Saraiva, 2000.

BOBBIO, Norberto. **A era dos direitos**. 8ª ed. Rio de Janeiro: Campus, 1992.

BOTTINI, Pierpaolo Cruz. **Crimes de Perigo Abstrato**. 3. ed. rev. e atual. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2013.

\_\_\_\_\_. O paradoxo do risco e a política criminal contemporânea. In: MENDES, Gilmar Ferreira; BOTTINI, Pierpaolo Cruz; PACELLI, Eugênio (Coords). **Direito Penal Contemporâneo**: questões controvertidas. São Paulo: Saraiva, 2011.

\_\_\_\_\_. O princípio da proporcionalidade na produção legislativa brasileira e seu controle judicial. **Revista Brasileira de Ciências Criminais**, São Paulo, Ano 18, n. 85, p. 267-296, jul./ago. 2010.

\_\_\_\_\_. Princípio da Precaução, direito penal e sociedade de risco. **Revista brasileira de ciências criminais**. São Paulo: Revista dos Tribunais, ano 14, n. 16, p. 44-121, jul-ago, 2006.

BOTTINI, Pierpaolo; OLIVEIRA, Ana Carolina Carlos de; PAPA, Douglas de Barros Ibarra; RIBEIRO, Thaísa Bernhardt. A Confusa Exegese do Princípio da Insignificância e sua Aplicação pelo STF: análise estatística de julgados. **Revista Brasileira de Ciências Criminais**, São Paulo, ano 20, v. 98, p. 117-148, set./out. 2012.

COSTA, Leonardo Luiz de Figueiredo. **Limites Constitucionais do Direito Penal**. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2007, p. 137

D'ÁVILA, Fábio Roberto. **Ofensividade em Direito Penal**: escritos sobre a teoria do crime como ofensa a bens jurídicos. Porto Alegre: livreria do advogado editora, 2009.

DIAS, Jorge de Figueiredo. **Direito Penal**: parte geral: tomo I: questões fundamentais: a doutrina geral do crime. 2 ed. Coimbra: Coimbra Editora, 2007.

\_\_\_\_\_. **Temas básicos da doutrina penal**. Coimbra: Coimbra Editora, 2001. p. 156.

FELDENS, Luciano. **Tutela penal de interesses difusos e crimes do colarinho branco**: por uma relegitimação da atuação do ministério público: uma investigação à luz dos valores constitucionais. Porto Alegre: Livreria do Advogado. 2002.

GARCÍA-PABLOS DE MOLINA, Antonio. **Derecho penal**: introducción. Madrid: Servicio de publicaciones de la facultad de derecho de la universidad complutense de Madrid, 2000.

GOMES, Luiz Flávio. Direito Penal Tradicional Versus “Moderno e Atual” Direito Penal. **Revista brasileira de ciências criminais**. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, ano 11, n. 42, p. 236-241, jan-mar, 2003.

\_\_\_\_\_. **Direito penal**: parte geral. 2. ed. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2007.

\_\_\_\_\_. **Princípio da Insignificância e outras excludentes de tipicidade**. 3. ed. rev. atual. e ampl. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2013.

GONÇALVES, Marcel Figueiredo. Sobre a fundamentação dos delitos cumulativos: alguns questionamentos. **Revista de Estudos Criminais**, Porto Alegre, v. 10, n. 36, p. 109-142, jan./mar. 2010.

IENNAO, Rodrigo. **Causas especiais de exclusão do crime**. Porto Alegre: Sergio Antonio Fabris, 2005.

JAKOBS, Günther. **Tratado de Direito Penal**: teoria do injusto penal e culpabilidade. MOREIRA, Luiz (Coord). MENDES, Gercélia Batista de Oliveira; CARVALHO,

Geraldo de. (Trad.). PORTO, Valéria; ALBUQUERQUE, Marcelo Schirmer (rev. téc.). Belo Horizonte: Del Rey Editora, 2009.

JESCHECK, Hans-Heinrich; WEIGEND, Thomas. **Tratado de Derecho Penal**: parte General. CARDENETE, Miguel Olmedo (Trad.). 5. ed. ren. ampl.. Granada: Comares Editorial, 2002.

LOPES, Maurício Antonio Ribeiro. **Princípio da Insignificância no Direito Penal**: análise à luz da Lei 9.009/95 - Juizados Especiais Criminais e da jurisprudência atual. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 1997.

MACHADO, Marta Rodriguez de Assis. **Sociedade do risco e direito penal**: uma avaliação de novas tendências político-criminais. São Paulo: IBCCRIM, 2005.

MELLO, Celso Antônio Bandeira de. **Curso de Direito Administrativo**. 16. ed. São Paulo: Malheiros, 2003.

MEROLLI, Guilherme. **Fundamentos Críticos de Direito Penal**: curso ministrado na cadeira de Direito Penal I da UFSC. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2010.

MIRANDA, Jorge. **Manual de Direito Constitucional**. Tomo II. Coimbra: Coimbra Editora, 1985.

OLIVEIRA, Ana Carolina Carlos de. **A tutela (não) penal dos delitos por acumulação**. Disponível em: <[http://www.ibccrim.org.br/revista\\_liberdades\\_artigo/176-ARTIGOS](http://www.ibccrim.org.br/revista_liberdades_artigo/176-ARTIGOS)> Acesso em: 26 ago. 2014.

PAGLIUCA, José Carlos Gobbis. **Direito Penal**: parte geral. 6 ed. São Paulo: Rideel, 2010.

PEREIRA, Flavia Goulart. Os crimes econômicos na sociedade de risco. **Revista brasileira de ciências criminais**. São Paulo: Revista dos Tribunais, ano 12, n. 51, p. 105-131, nov.-dez., 2004.

PRADO, Luiz Regis. **Comentários ao Código Penal**: doutrina: jurisprudência selecionada : conexões lógicas com os vários ramos do direito. 4 ed. rev. atual. e ampl. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2007.

\_\_\_\_\_. **Curso de Direito Penal Brasileiro**. 10 ed. rev. atual. e ampl. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2010.

\_\_\_\_\_. **Direito Penal do Ambiente**. 2. ed. rev. atual. e ampl. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2010.

PUIG, Santiago Mir. **Derecho Penal Parte General**. 6 ed. Buenos Aires: BdeF editorial, 2009.

RIBEIRO, Julio Dalton. Princípio da insignificância e sua aplicabilidade no delito de contrabando e descaminho. **Revista Brasileira de Ciências Criminais**, São Paulo, a. 16, n. 73, p. 48-81, jul./ago. 2008.

SAAD-DINIZ, Eduardo. Uma posição sobre os tipos penais cumulativos. In: SAAD-DINIZ, Eduardo; POLAINOORTS, Miguel (Orgs.). **Teoria da pena, bem jurídico e imputação**. São Paulo: LiberArs, 2012. p. 149-155.

SÁNCHEZ, Jesús-Maria Silva. **Fundamentos de un Sistema Europeo del Derecho Penal**. SCHÜNEMANN, Bernard; DIAS, Jorge de Figueiredo (coords.). Barcelona: José Maria Bosch, 1995.

SILVA DIAS, Augusto. What if everybody did it?: sobre a (in)capacidade de ressonância do direito penal à figura da acumulação. **Revista Portuguesa de Ciência Criminal**, Coimbra, v. 13, n. 3, p.303-345, jul./set. 2003.

\_\_\_\_\_, Augusto. Y si todos lo hiciéramos? Consideraciones acerca de la (in)capacidad de resonancias del derecho penal con la figura de la acumulación. **Anuario de derecho penal y ciencias penales**, Madrid, v. 56, único, p. 433-469, jan./dez. 2003.

SILVA, Ângelo Roberto Ilha da; MELO, Ana Carolina Carvalho; FERREIRA, Luíza dos Passos. O princípio da insignificância e os critérios jurisprudenciais de sua aplicação. **Boletim IBCCRIM**, São Paulo, ano 22, n. 261, p. 07-08, ago. 2014.

SILVA, José Afonso da. **Curso de Direito Constitucional Positivo**. 23. ed. São Paulo: Malheiros, 2004.

SILVA, Luciana Carneiro da. **Perspectivas político-criminais sob o paradigma da sociedade mundial do risco**. Disponível em: <[http://www.ibccrim.org.br/revista\\_liberdades\\_artigo/64-ARTIGO](http://www.ibccrim.org.br/revista_liberdades_artigo/64-ARTIGO)> Acesso em: 26 ago. 2014.

SILVEIRA, Renato de Mello Jorge. **Direito Penal Supra-Individual**: interesses difusos. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2003.

TOLEDO, Francisco de Assis. **Princípios básicos do direito penal**: de acordo com a Lei n. 7.209, de 11-7-1984 e com a Constituição Federal de 1988. 5. ed. São Paulo: Saraiva, 1994.

WEINMANN, Amadeu de Almeida. **Princípios de Direito Penal**. 2.ed. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2009.

ZAFFARONI, Eugenio Raúl; ALAGIA, Alejandro. SLOKAR, Alejandro. **Derecho Penal**: parte general. 2.ed. Buenos Aires: Ediar Sociedad Anónima Editora, 2005.

ZAFFARONI, Eugenio Raúl; PIERANGELI, José Henrique. **Manual de Direito Penal Brasileiro**: parte geral. 3. ed. rev. e atual. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2001.